

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA POLÍTICA**

**RHAY PATRICK FARIAS CRUZ**

**PARTIDO VERDE NO BRASIL: A POLÍTICA EM DEFESA DO MEIO  
AMBIENTE (1986-1993)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**MARINGÁ  
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RHAY PATRICK FARIAS CRUZ**

**Partido Verde no Brasil:  
A política em defesa do meio ambiente (1986-1993)**

RHAY PATRICK FARIAS CRUZ

**Partido Verde no Brasil: A política em defesa do meio ambiente (1986-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

**Área de Concentração:** História

**Orientador:** Prof. Dr. Roger D. Colacios

Maringá,

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C957p

Cruz, Rhay Patrick Farias

Partido Verde no Brasil : a política em defesa do meio ambiente (1986-1993) / Rhay Patrick Farias Cruz. -- Maringá, PR, 2024.  
90 f.

Orientador: Prof. Dr. Roger Domenech Colacios.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Partido Verde (Brasil). 2. Meio ambiente. 3. Partido político - Brasil. 4. Ambientalismo. I. Colacios, Roger Domenech, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981

RHAY PATRICK FARIAS CRUZ

**Partido Verde no Brasil: A política em defesa do meio ambiente (1986-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovado em: 31 de outubro de 2024

Prof. Dr: Roger Domenech Colacios  
Presidente/Orientador

Assinatura: 

Prof. Dr: Santiago Silva de Andrade  
Membro Convidado (UNIR)

Assinatura: 

Prof. Dr: David Antônio de Castro Netto  
Membro UEM

Assinatura: 

*Para Priscila e Heloísa.*

## AGRADECIMENTOS

Depois de quase três anos de viagens e um empenho que eu desconhecia que poderia empregar algum dia, chego aqui com a imensa gratidão a tantos que me permitiram estar finalizando este trabalho. Primeiramente a Deus, que me tem dado vida e sabedoria para buscar o conhecimento necessário para me desenvolver como um ser humano íntegro e respeitoso.

Já no início dessa empreitada, o Professor Roger Domenech Colacios acreditou que eu poderia – mesmo com ideias iniciais tão distantes – produzir algo interessante, e com essa premissa, me apoiou, me corrigiu, e me conduziu em uma caminhada tão leve e bonita, que jamais me esquecerei. Falarei de minha admiração a ele, a quem quer que seja, por onde eu passar.

Também preciso mencionar demais professores que me apoiaram neste caminho, como o Dr Reginaldo que mesmo a caminho da Rússia, disponibilizou seu tempo para me desenvolver. Dr Luiz Felipe que tem o dom de extrair o melhor de quem passa por suas aulas, dentre tantos outros professores que até mesmo com simples contatos me apoiaram de diversas formas.

Preciso mencionar que o Laboratório de Educação e História Ambiental foi o lugar onde iniciei meus passos dessa trajetória. É preciso agradecer meus companheiros de LEHA/UEM, vocês me influenciaram de tantas formas que nem sei como expressar aqui.

Por fim agradeço minha família. Aos meus pais, que mesmo sem a intenção, me mostraram que é preciso ter coragem pra viver, e para mudar os rumos do barco quando se fizer necessário. Aos meus irmãos que foram meus parceiros e ao mesmo tempo adversários, me ensinando a lutar pelo que sonhamos. À minha esposa Priscila, que está esperando nossa primeira filha, Heloísa, e que mesmo em meio ao mestrado e agora o doutorado dela, encontrou tempo para me apoiar.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa os primeiros anos de formação do Partido Verde do Brasil, com ênfase nos seus aspectos históricos. O objetivo principal é compreender as motivações que impulsionaram a criação do partido, considerando as dimensões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas envolvidas. A pesquisa fundamenta-se em um estudo teórico de Política e História Política, tendo como referenciais os pensamentos de Norberto Bobbio, Karl Marx e Gramsci, autores que contribuíram para a formulação de conceitos centrais sobre política partidária e sua função em um Estado democrático de direito. Para a construção do estudo, foram consultadas diversas fontes, incluindo documentos oficiais do partido e o site institucional da sigla, utilizado como fonte primária. Além disso, entrevistas com membros fundadores, disponíveis online, foram analisadas, enriquecendo a compreensão geral do ideal coletivo que permeou a gênese do partido. Os Diários da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 também foram explorados para examinar as discussões parlamentares relacionadas a temas ambientais e verificar as possíveis contribuições de ambientalistas da época. A análise busca identificar as motivações que orientaram as ações dos fundadores do Partido Verde, avaliar a eficácia dessas ações ao longo dos anos subsequentes, e questionar a necessidade da criação de um partido com essa visão ambiental.

Palavras-chave: Partido Verde; Brasil; meio ambiente; partido político; ambientalismo.

## **ABSTRACT**

This master's dissertation analyzes the early years of the formation of the Green Party of Brazil, with an emphasis on its historical aspects. The main objective is to understand the motivations that drove the creation of the party, considering the environmental, social, economic, cultural, and political dimensions involved. The research is based on a theoretical study of Politics and Political History, drawing on the thoughts of Norberto Bobbio, Karl Marx, and Gramsci, authors who contributed to the formulation of central concepts regarding party politics and its role in a democratic state. For the construction of the study, various sources were consulted, including official party documents and the party's institutional website, used as a primary source. Additionally, interviews with founding members, available online, were analyzed, enriching the general understanding of the collective ideal that shaped the party's genesis. The Diaries of the 1988 National Constituent Assembly were also explored to examine parliamentary discussions related to environmental issues and verify the possible contributions of environmentalists from that time. The analysis seeks to identify the motivations that guided the actions of the founders of the Green Party, assess the effectiveness of these actions in the subsequent years, and question the necessity of creating a party with this environmental vision.

Keywords: Green Party; Brazil; environment; political party; environmentalism.

## **Siglas**

ABC paulista - Santo André/SP, São Bernardo do Campo/SP e São Caetano/SP

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

APPN - Associação Paulista de Proteção Natural

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CF - Constituição Federal

CEB - Comunidade Eclesiástica de Base

CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

CONAMA - Conferência Nacional sobre o Meio Ambiente

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

MAPE - Movimento Arte e Pensamento Ecológico

ONG - Organização não Governamental

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONU - Organização das Nações Unidas

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PSB - Partido Social Brasileiro

PSDB - Partido Social Democracia Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

PRODES - Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia

SOS Natureza - Sociedade Brasileira de Defesa da Natureza

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

## Sumário

<b>RESUMO .....</b>	<b>7</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>8</b>
<b>Siglas.....</b>	<b>9</b>
<b>Sumário .....</b>	<b>10</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: Da natureza aos partidos.....</b>	<b>20</b>
1.1 Brasil: visões de natureza .....	20
1.2 Política e Partido Político .....	33
<b>Capítulo 2: Fundação do PV/Brasil: contexto e história .....</b>	<b>42</b>
2.1 Ecopolítica: Burocratização ou movimento social? .....	42
2.2 Meio ambiente na Constituinte .....	53
2.3 ECO-92 e a virada do jogo ambiental .....	57
2.4 O que dizem alguns dos fundadores sobre a história do PV? .....	60
<b>Capítulo 3: Estatuto, manifesto e programa do PV: Unidade de ação ou pluralidade prática?.....</b>	<b>64</b>
3.1 O que diziam o estatuto e o manifesto do PV? .....	64
3.2 O que dizia o programa do PV? .....	68
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>73</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>77</b>
<b>Referências.....</b>	<b>78</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>85</b>

## Introdução

No século XXI, ao ler um noticiário nacional, assistir a um programa de TV ou ouvir os populares podcasts atuais, é evidente que as questões ambientais ganharam destaque no debate coletivo. Figuras públicas, como o ator Leonardo DiCaprio e artistas nacionais como Anitta, já incorporam a pauta ambiental em suas entrevistas e publicações nas redes sociais. O tema já está presente no senso comum, e até ordenamentos legais, como a Lei nº 9.795 de 1999 que trata da formalização da Educação Ambiental no currículo escolar, determina que na educação formal seja abordado a questão da conscientização e a preservação ambiental “[...] como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (Brasil, 1999).

Além da legítima e concreta preocupação com o futuro da humanidade, o tema ambiental tem sido progressivamente apropriado pelo mercado e pelas elites capitalistas, que buscam manter seus interesses econômicos. No Brasil, onde o agronegócio figura como um dos pilares da economia, o controle sobre as terras e os recursos naturais é central para a perpetuação do poder dos grandes proprietários de terras. Desde o período colonial, essa elite vem se organizando para preservar sua influência sobre o uso e a exploração das terras, moldando o debate ambiental e político de acordo com suas necessidades econômicas.

Nesse contexto, as discussões sobre a crise ambiental, embora frequentemente apresentadas como preocupações globais e coletivas, acabam muitas vezes sendo instrumentalizadas para legitimar práticas que mantêm as bases do modo de produção vigente. As narrativas predominantes, que oscilam entre a responsabilização universal da humanidade pela degradação ambiental e a valorização do poder tecnológico para superar as crises ecológicas, não raro ocultam os compromissos de classe e os interesses geopolíticos que sustentam a exploração contínua dos recursos naturais. Desse modo, as soluções oferecidas – sejam elas tecnológicas, como a geoengenharia, ou morais, como mudanças individuais de consumo – tendem a reforçar as estruturas do capitalismo, sem enfrentar as causas profundas da crise socioambiental, perpetuando o poder e o domínio dessa elite agrária e capitalista. Caso essa questão não seja tratada com a seriedade, e o enfoque que merece, pode acarretar sérios prejuízos para as futuras gerações ou, em uma perspectiva catastrófica, precipitar o fim da espécie humana na Terra.

Esse fluxo de informações e opiniões sobre o tema tem gerado teorias muitas vezes controversas e ampliado o número de pesquisas científicas que buscam prever o futuro da sociedade através da análise dos ciclos naturais, além de investigar o impacto da ação humana nas mudanças climáticas (Capra, 1996). Isso levou ao surgimento do debate sobre um possível novo período geológico, o Antropoceno. Este termo surgiu inesperadamente no meio acadêmico por volta de 2000, quando o cientista Paul Crutzen o utilizou de forma improvisada durante uma palestra. Originalmente, não foi concebido para se tornar um conceito científico formal, mas como uma metáfora para descrever o impacto humano nos processos naturais do planeta. No entanto, o termo rapidamente ganhou relevância e se tornou central nos debates científicos internacionais. Posteriormente, Crutzen e outros cientistas refinaram o conceito, definindo o Antropoceno como uma era geológica em que os seres humanos atuam como uma força da natureza, capaz de alterar fluxos e sistemas naturais de maneira, muitas vezes, irreversível (Colacios; Andrade, 2021).

Para Paulo Artaxo (2014), esse período geológico, denominado Antropoceno, passa a ser definido como “uma época em que os efeitos da humanidade estariam afetando globalmente nosso planeta” (Artaxo, 2014, p. 15). Dessa forma, a humanidade teria deixado o Holoceno e entrado em uma nova era geológica, fortemente influenciada pelas ações humanas e pela busca desenfreada por desenvolvimento e consumo. O Antropoceno representaria o momento em que a humanidade se tornaria uma força geológica, capaz de alterar os ciclos naturais e até mesmo provocar a extinção de toda a vida no planeta.

No artigo “Marx e o Antropoceno: Discussão Teórico-Conceitual de um Problema Contemporâneo”, Colacios e Andrade (2021) levantam uma questão central: “[...] existem provas estratigráficas suficientes para fundamentar o Antropoceno como uma era geológica, ou ainda estamos vivenciando o Holoceno, sendo a ação humana imperceptível em termos de história planetária?”. Os autores argumentam que esse debate permanece inconcluso. A discussão sobre a medição precisa do impacto geológico causado pela humanidade, sobretudo devido à estrutura capitalista de produção e consumo, ainda não foi definida pela ciência. Embora seja necessária uma organização científica, envolvendo tanto a geologia quanto as ciências sociais, para oficializar o Antropoceno como uma era geológica, as evidências das mudanças climáticas e o rápido degelo das camadas polares sugerem uma reflexão sobre o período que a Terra está atravessando e o papel da humanidade nesse processo.

Apesar de a ciência ainda estar em busca de respostas definitivas, a velocidade das transformações climáticas demanda uma urgente conscientização por parte da humanidade, das sociedades e de seus governantes, especialmente em relação à necessidade de mudanças profundas nos modos de produção e consumo, e por conseguinte – e/ou influenciada por – legislações que determinem formas de utilização do meio natural, menos danosas. Daí a necessidade em analisar as organizações que atuam no cenário político nacional, evidenciando a razão chave desta dissertação.

Retornando a Artaxo (2014), o autor buscou evidenciar a dimensão que a preocupação com as ações humanas sobre a natureza adquiriu, trazendo a academia para o centro do debate através do surgimento do termo. Contudo, essa relação entre o ser humano e sua capacidade de modificar o meio ambiente em que vive, produz e consome não teve início com o conceito do Antropoceno. Milton Santos (1996), em sua obra “A Natureza do Espaço” já destacava a influência humana sobre o ambiente. Para o geógrafo brasileiro, “[...] as formas naturais e o meio ambiente construído, são legados das gerações anteriores, que se transformam ao longo do tempo pelas ações humanas [...]” (Santos, 1996, p. 91). Essa afirmação reforça a ideia de que as intervenções humanas são motivadas tanto por intenções individuais quanto coletivas, e são orientadas pela cultura, e pelas normas impostas por cada sociedade. As leis e regulamentos estabelecidos ao longo da história têm o poder de definir, regular e limitar as ações que modificam e continuarão a modificar o espaço natural e construído.

As reflexões de Santos são especialmente plausíveis ao destacar que o ponto central da discussão reside na divisão do trabalho, que, para ele, é o principal motor que rege a relação do ser humano com o meio ambiente.

As divisões anteriores do trabalho permitem rever as formas herdadas segundo uma lógica que as restabelece no momento mesmo de sua produção. As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados. O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais (Santos, 1996, p. 92).

Sendo assim, na divisão social do trabalho, o homem vai elaborando novas formas de ação e conseqüentemente, novas regulamentações em relação ao espaço e ao meio ambiente. Chagas (2011), examinando o termo “trabalho” segundo a perspectiva de Marx,

também relata que o trabalho tem papel crucial na forma em que o homem manipula o mundo natural.

[...] o trabalho, com o qual o homem transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades. É pelo trabalho que o homem se apropria dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à sua vida e, atuando assim sobre a natureza externa e inorgânica, ele a modifica e transmuda a si mesmo (Chagas, 2011, p. 05).

Chega-se à conclusão que em uma análise da história política, é essencial entender como o ser humano utiliza o meio ambiente, especialmente quando se conecta essa análise ao trabalho e ao modo de produção capitalista. As decisões políticas, historicamente, moldaram as formas de exploração dos recursos naturais, muitas vezes em benefício das classes dominantes e em prol da acumulação de capital. Neste modo de produção, o trabalho e a exploração ambiental estão intrinsecamente ligados, pois o sistema econômico depende da extração contínua de recursos para sustentar o ciclo produtivo e o consumo em massa. Políticas públicas e legislações ambientais são frequentemente influenciadas por esses interesses, reforçando estruturas de poder que favorecem setores econômicos específicos, como o agronegócio e a indústria, muitas vezes em detrimento da ecologia.

Diante disso tudo, analisar o histórico de um partido político cuja sigla evoca a proteção ambiental, bem como o contexto social da época de sua criação, pode contribuir significativamente para a compreensão de como o espaço social brasileiro tem sido moldado e interpretado. Nesse sentido, é fundamental investigar se as ações desses agentes encontram resistência no jogo de poder da política nacional e como o tema ambiental foi introduzido e se foi consolidado no debate político brasileiro.

Em suma, defende-se aqui que instituições político-partidárias, como os partidos verdes, e temas como ecologia política, o movimento ambiental global, entre outros, precisam ser revisados constantemente, tanto em suas abordagens quanto na amplitude e eficácia da práxis política que promovem. A análise precisa adentrar em compreensões mais profundas acerca da forma de interpretações de conceitos mais básicos, para se chegar em uma conclusão mais límpida do tema aqui trabalhado.

Max Weber (1999) em sua obra “Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva”, trabalha o conceito de "hegemonia" ou "dominação", estabelecendo uma distinção entre dois tipos principais de poder: o que emerge de situações de interesse, como o mercado, e o poder formalmente regulamentado, que

representa a autoridade política. Weber conclui que, embora o poder baseado em interesses possa parecer mais "livre", sua influência é muitas vezes percebida de forma mais opressiva, especialmente por não estar sujeito a regulamentações claras. Essa percepção tem levado indivíduos, grupos, movimentos sociais e partidos políticos a se mobilizarem em busca de uma reestruturação do poder, com o objetivo de mitigar a opressão imposta pelas grandes oligarquias que historicamente dominaram as sociedades. Essa dinâmica é particularmente relevante no contexto das políticas ambientais, onde os interesses econômicos frequentemente se sobrepõem às necessidades coletivas.

O que se tem visto é “um clima de incertezas” (Colacios, 2017), onde estudos variados buscam: de um lado comprovar que as ações humanas estão prejudicando o clima, e possivelmente aumentando a temperatura global, sugerindo um superaquecimento próximo, e do outro lado, alguns defendem certa normalidade climática, na qual, trata-se apenas da natureza seguindo seu curso. Ambos os lados, são motivados por visões econômicas, políticas e ideológicas o que causaria uma certa dubiedade e interferências na compreensão social do tema ambiental. Neste cenário, que se desenrola desde a década de 1970, ao menos, apresenta-se como contingente o surgimento de siglas partidárias que buscassem uma abordagem de promoção da justiça social e da sustentabilidade ambiental. No Brasil um partido deste tipo surgiu na década de 1980, o Partido Verde (PV), e será fonte de análise nesta dissertação.

Para além da análise sobre poder, política e partidos políticos, é necessário delinear o que se entende por “debates ambientais” e quando esses emergiram, com foco principal, no território Brasileiro. Ao longo da história, movimentos sociais distintos abordaram questões relacionadas ao ambientalismo, preservação, conservação, ecologia, ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Cada um desses períodos adotou uma nomenclatura que se adequava à visão dominante da época. Esses movimentos sociais serviram como base para o surgimento de partidos políticos ao redor do mundo, inclusive no Brasil (Bernardes, 2010).

Segundo Tíbor Rabóczkay (2004), as primeiras ideias de partidos verdes surgiram na Tasmânia e na Nova Zelândia nos anos 1970, sendo seguidas por movimentos semelhantes na Europa, como na Grã-Bretanha e na Alemanha, ainda na mesma década. Mas as motivações que os levaram a criar siglas partidárias em lugares distantes no globo, refletem as intenções da sigla homônima brasileira?

As iniciativas de criação de um partido político devem ser analisadas em seus contextos econômico, histórico, político e social, uma vez que partidos são instituições coletivas. Essa multiplicidade de temas traz consigo uma variedade de ideias, ideologias, cosmovisões, argumentações e motivações (Bobbio, 2000). Robert A. Dahl (2001) aponta que as instituições não surgem de forma abrupta em um país, mas são fruto de processos históricos, sociais, econômicos e políticos. Assim, além dos interesses individuais, as instituições enquanto agentes coletivos possuem suas próprias histórias, surgindo em resposta a demandas específicas, sejam elas históricas ou contemporâneas. Por isso, é relevante investigar quais demandas foram levantadas pelos fundadores do Partido Verde nos primeiros anos de sua criação, qual trajetória percorreram até legalizar o partido, e como suas diretrizes de ação foram definidas e se mantêm na atualidade.

Ainda que o escopo de uma dissertação de mestrado – e mesmo de uma tese de doutorado – não permita abarcar todo o arcabouço histórico acerca das visões sobre o espaço natural e a relação de todos os habitantes com o meio ambiente, este trabalho busca compreender o contexto que levou à fundação do Partido Verde no Brasil. Para tanto, realiza-se uma brevíssima introdução de como a questão ambiental foi tratada no país desde os primeiros registros históricos até o ano de 1986, ano da fundação do PV, e investiga-se como esses eventos influenciaram as ações políticas e governamentais brasileiras até a oficialização do PV como partido político em 1993, evidenciando a causa da ecologia política e a democracia.

Ao investigar a trajetória de um partido político, é crucial definir os fatores e contextos que levaram à sua criação, assim como os anseios de seus membros fundadores. Para tanto, este trabalho recorreu a referenciais teóricos que ajudassem a esclarecer o conceito de partido político em um Estado democrático de direito. Ao buscar em Norberto Bobbio, Marx, Max Weber, Antonio Gramsci, entre outros pensadores, a forma de estruturação do poder político no decorrer da história, chegar-se-á a uma análise mais robusta da organização deste partido, e as razões que motivaram seus membros, quando da sua formação inicial. Entender o cenário político, institucional e legislativo do Brasil no período em que o PV foi criado irá contribuir para a construção do arcabouço analítico desta pesquisa.

Como parte da práxis científica, este estudo levantou algumas hipóteses e questões norteadoras, de forma metodológica e instrumentalizada, a respeito das estruturas de poder que ao longo da história influenciaram a exploração e a preservação do ambiente natural.

Quais as diferentes visões de natureza no Brasil, desde a colônia até a concepção industrial, que marca a atualidade e que moldaram de alguma forma o discurso ambiental dos partidos políticos, especialmente o PV, e influenciaram a criação desta sigla? O Partido Verde, ao se institucionalizar, foi influenciado pelos movimentos sociais? Eventos históricos como a Constituinte de 1988 e a ECO-92 tem alguma ligação, ou foram influenciados pelo partido que estava em fase de criação? Apesar de seus documentos oficiais buscarem uma unidade em torno de princípios ecológicos, a diversidade de atores e agendas no PV, quando da sua criação, gerou uma pluralidade de práticas que desafiaram essa unidade, resultando em fragmentações internas? Estas questões guiaram esta dissertação, e colaboraram com a compreensão mais ampla deste período e os fatos históricos buscados.

A análise buscou entender como essas mudanças culminaram na visão nacional sobre o tema na época da criação do Partido Verde, levando em consideração tanto o debate global sobre o meio ambiente quanto a transformação do movimento ambientalista em uma organização política.

Entrevistas com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, membros fundadores do Partido Verde no Brasil, disponíveis na plataforma digital YouTube, foram utilizadas como parte da fonte documental nesta pesquisa. Elas revelaram que a criação do PV não foi consensual entre os diversos grupos ambientalistas dos anos 1970 e 1980. Essa falta de consenso e as divergências de ideias geraram a necessidade de investigar com maior profundidade as ações dos fundadores do partido naquele período, com o intuito de esclarecer suas percepções sobre o cenário político nacional e trazer à tona as motivações que orientaram suas escolhas.

A escolha do Partido Verde para análise se justifica, principalmente, pelo caráter ecológico e sustentável que sua sigla explicitamente evidencia. Essa identidade está presente não apenas no nome e nos símbolos do partido, mas, sobretudo, em seus documentos oficiais e nas suas ações políticas. Um estudo elaborado por Barros (2017) trouxe à tona o conceito de "ambientalismo sistêmico", que aqui também será utilizado.

Ambientalistas sistêmicos: partidos que se situam em um campo intermediário entre o ambientalismo liberal e o radical, eles defendem o desenvolvimento sustentável e a economia verde, mas de forma integrada com outras dimensões da sustentabilidade e da cidadania ecológica, como o combate à pobreza, o respeito aos direitos humanos e

a participação democrática nos processos decisórios relacionados à agenda verde (Barros, 2017, p. 720).

Segundo Barros, o PV possui uma filosofia ambientalista sistêmica, o que reforça sua proposta de integrar questões ecológicas ao desenvolvimento sustentável, baseando-se em uma visão ampla e interconectada dos desafios ambientais e sociais. A compreensão dessas questões ajuda a construir uma análise mais detalhada e crítica das ações do Partido Verde, posicionando-o no contexto mais amplo das transformações políticas e ambientais do Brasil e do mundo.

Aprofundando o conceito, o autor afirma que o Partido Verde busca implementar uma “[...] estratégia conjunta e uma ação coordenada em favor da desnuclearização, do ecodesenvolvimento, da solução negociada dos conflitos e do respeito às liberdades democráticas, justiça social e direitos humanos” (Barros, 2017, p. 721). Esse ativismo político em prol do desenvolvimento sustentável, impregnado em seus documentos oficiais, é também, fruto de ideais e vivências de seus fundadores, e uma consequência de reivindicações sociais da época, e auxiliaram na análise deste trabalho.

O PV é um partido relativamente novo, pois só obteve seu registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral em 1993 (Barros, 2017). Como já mencionado, durante a pesquisa, foi possível analisar entrevistas concedidas por alguns dos fundadores do partido, o que ajudou a esclarecer dúvidas surgidas ao longo do processo investigativo. No entanto, é importante ressaltar que, neste trabalho, não foi empregada a metodologia da História Oral, pois, embora as falas de alguns fundadores tenham sido analisadas, as entrevistas que aparecem não foram realizadas pelo pesquisador, em vez disso, foram utilizadas conversas já publicadas em diversos sites e em diferentes momentos desde a fundação do PV. Dessa forma, pode-se afirmar que a história audiovisual foi utilizada como recurso para a construção deste estudo. As entrevistas, ainda que não contenham perguntas elaboradas pelo pesquisador, revelaram posicionamentos dos indivíduos ou do partido sobre questões pertinentes à pesquisa e contribuíram para a estruturação da argumentação, sendo apresentadas com mais detalhes ao longo dos três capítulos desta dissertação.

Embora o Partido Verde brasileiro seja mencionado em obras e artigos sobre o movimento ambientalista, poucos estudos científicos se dedicaram a analisar os primeiros anos de sua formulação político-partidária, por isso foi necessário buscar em documentos

diversos, informações que colaborassem com a análise. Além das fontes já mencionadas, esta pesquisa também utilizou o website oficial do partido, buscando compreender sua visão através de postagens institucionais. O uso de ferramentas digitais já faz parte da rotina de grande parte da sociedade, e os partidos políticos e outras instituições políticas têm cada vez mais utilizado esses recursos. Assim, a internet tornou-se uma ferramenta indispensável para a atuação político-partidária (Barros, 2015), o que justifica seu uso como fonte de análise nesta dissertação, sendo essencial para a pesquisa histórica contemporânea.

Para melhor organização das ideias e das análises propostas, esta dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Da natureza aos partidos”, apresenta uma introdução sobre como a classe política brasileira gerenciou as ações relativas ao meio ambiente e às questões de preservação, durante a história do Brasil, até o final da ditadura militar, abordando o surgimento da questão ambiental no Brasil.

O segundo capítulo, “Fundação do PV/Brasil: contexto e história”, aborda o contexto e a história da fundação do Partido Verde no Brasil, explorando o dilema entre a burocratização ou a permanência das ações em forma de movimento social, discutindo se o PV surgiu mais como uma resposta institucional ou como um movimento de base. Pelo surgimento do partido coincidir com a formação de uma nova Constituição Federal, neste capítulo, foi realizada a análise de como o tema meio ambiente esteve presente nas discussões da Assembleia Constituinte de 1988, destacando as influências dos movimentos ambientalistas neste processo. O capítulo também reflete sobre a ECO-92, um evento que marcou uma mudança significativa na política ambiental global e nacional, consolidando a relevância do tema no Brasil. Por fim, inclui depoimentos de alguns dos fundadores do PV, que oferecem insights sobre a trajetória e os desafios enfrentados pelo partido em seus primeiros anos, e aspectos pessoais dos fundadores que refletiram na formação do partido.

Por fim, o último capítulo, “Estatuto, manifesto e programa do PV: Unidade de ação ou pluralidade prática?” analisa os principais documentos que definem a identidade e a atuação política do Partido Verde, o estatuto, o manifesto e o programa, ambos de 1990. A partir da questão central “Unidade de ação ou pluralidade prática?”, o capítulo investiga se o partido mantém uma coesão em suas ações ou se apresenta uma diversidade de práticas e posicionamentos.

## Capítulo 1: Da natureza aos partidos

### 1.1 Brasil: visões de natureza

Para iniciar esta investigação sobre a forma do brasileiro compreender a natureza, é necessário primeiramente definir alguns termos, e o primeiro a ser analisado, será a própria natureza, aqui, por vezes definida como mundo natural. De forma geral, a natureza pode ser definida como o conjunto de bens naturais, intocados, ou pouco manipulados pelos humanos. Seriam parte deste conjunto, as florestas, parques, bosques e até ambientes hídricos, como rios, lagos e mares. Porém, na busca de uma compreensão mais robusta, é necessário aprofundar o olhar e buscar em especialistas no tema, o que se tem em relação a ideia de mundo natural.

Durante muitos anos, com a visão religiosa da vida, ainda nos primórdios das sociedades, firmou-se a ideia do homem como “imperador do mundo”, ou seja, a natureza estaria a serviço do homem, e este teria como papel principal a gerência de todo o mundo natural, para satisfazer suas necessidades. Com o alargamento da visão judaico-cristã, a determinação divina “Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, e sobre todos os animais que se movem pela terra” (Bíblia, 2020, p. 5), motivou a supervalorização das “necessidades do homem” sobreposta a um bem universal de manutenção dos ecossistemas minimamente equilibrados. Há que se mencionar também, que “necessidades do homem” poderia ser tema de debates ainda mais profundos, permeando temas como ambição, capital, mais valia, justiça social, equidade, dentre tantos outros que não serão aprofundados aqui, devido ao caráter restrito de uma dissertação.

Partindo dessa visão sobre a natureza e considerando os longos séculos da Idade Média, período em que o ideário cristão predominou em grande parte do globo, e orientou os rumos da sociedade, a humanidade percorreu um extenso caminho até reconhecer que o ser humano é, na verdade, um membro da natureza, sujeito, assim como qualquer outro ser, às suas leis naturais. A falta de compreensão dessas leis pode levar à extinção da espécie humana, como já ocorreu com diversas outras ao longo da história. Embora seja difícil identificar um momento específico em que essa percepção se consolidou na consciência coletiva, já que ainda existem indivíduos e grupos que defendem o imperialismo humano

em detrimento das demais espécies da fauna e da flora, é possível identificar alguns autores que contribuíram significativamente para a construção de uma nova forma de pensar e agir em relação ao mundo natural.

Para além da justaposição da ideia do homem sujeito e não mais “imperador” da natureza, está a necessidade de alocar este homem dentro do mundo natural, inseri-lo no ecossistema como parte integrante e sujeito a este. Como parte desta tarefa, se utiliza aqui a visão de Marx e Engels, na obra “A Ideologia Alemã” (2019), onde os autores definem que a natureza não é uma entidade fixa ou estática, separada dos seres humanos, como poderia ser para alguns filósofos idealistas ou contemplativos. Ao contrário, Marx e Engels (2019) veem a natureza como algo dinâmico e transformado pela ação humana. Através do trabalho, os seres humanos interagem com a natureza, modificando-a e sendo modificados por ela em um processo contínuo e dialético. Seria assim um ponto de partida da existência humana, mas ela não permanece “pura” ou “intocada”. O trabalho humano — a atividade produtiva, seja material ou simbólica — altera a natureza ao mesmo tempo em que permite aos seres humanos suprirem suas necessidades e desenvolverem a sociedade. Nesse sentido, a natureza é inseparável da história humana, o mundo natural que existe no presente é em grande parte resultado da atividade humana ao longo do tempo.

Sob esta ótica, rejeita-se a visão dualista de separação entre o homem e a natureza, sendo a humanidade parte da natureza, mas também agente transformadora dela, ao mesmo tempo em que é condicionada por ela. Percebe-se que o conceito de natureza em Marx e Engels (2019) está ligado à prática humana e à produção material. O trabalho é o meio pelo qual o ser humano se apropria e transforma a natureza, moldando o mundo e a si mesmo em um processo histórico. Ao tratar sobre o assunto, Engels (2020) reitera o poder de agir sobre a natureza que o homem tem, mas ali, já percebia a possibilidade da “morte da esfera terrestre”.

Unicamente o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a Natureza, não só trasladando plantas e animais, mas também modificando o aspecto, o clima de seu lugar de habitação; e até transformando plantas e animais em tão elevado grau que as consequências de sua atividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre (Engels, 2020, p. 41).

Este movimento contínuo de transformação do mundo natural, como se sabe, levou o homem a se assenhorar da natureza e deteriorá-la a seu bel prazer, ao ponto de ficar evidente que se não forem criados mecanismos de conscientização da importância desta, a

existência do homem estaria em risco. Esta perspectiva alarmante, dentre outros fatores ligados a preocupações políticas e burguesas das sociedades capitalistas, levaram ao surgimento de movimentos sociais e grupos que invocaram a preservação ambiental. Assim, será analisado ainda que de forma introdutória, como esta visão conservacionista e posteriormente, preservacionista, surgiu no Brasil, e como a sua população e governantes atuaram com o tema no decorrer dos anos.

Outro termo que será bastante utilizado neste trabalho, será o ambientalismo. Este tema é extremamente amplo, em virtude de vir percorrendo vários períodos da história contemporânea, se modificando e adaptando com o passar dos anos, e por estar presente em muitos contextos culturais, econômicos e sociais no mundo todo, especialmente ao final do século XIX e século XX.

Há diversas abordagens a respeito do significado dos movimentos ambientalistas, podendo ser caracterizado como um grupo de pressão e interesse, um novo movimento social ou, ainda, um movimento histórico (Brumatti, 2014, p. 285).

Para Brumatti (2014), a partir do século XIX, o ambientalismo emergiu em resposta à crescente desconfiança no desenvolvimento econômico, especialmente devido aos seus efeitos destrutivos sobre o meio ambiente, a moral, a ordem social e a saúde humana. Esse debate ganhou força principalmente na Europa e nos Estados Unidos, onde surgiram duas correntes principais: os preservacionistas, que defendiam a proteção total de áreas naturais, permitindo apenas atividades recreativas e educacionais, e os conservacionistas, que propunham uma exploração mais racional dos recursos naturais, antecipando a ideia de desenvolvimento sustentável. No início do século XX, encontros em defesa do meio ambiente ocorreram tanto na Europa quanto nos EUA, mas as discussões foram interrompidas pelas duas guerras mundiais, sendo retomadas após a criação da ONU, ao final da Segunda Guerra Mundial (Brumatti, 2014).

Ribeiro (1991) em sua análise acerca do ambientalismo e o desenvolvimento sustentável, alerta que havia no pós modernismo duas formas de ambientalismo, uma que alerta para a ameaça de um possível apocalipse ecológico, conhecido como eco-apocalipticismo, que sugere um iminente colapso da vida no planeta. E outra que defendia a esperança de que as práticas de desenvolvimento pudessem ser reformuladas para serem mais sustentáveis e equilibradas em relação ao meio ambiente. Ambas estariam ligadas ao futuro, assim, o autor defende que o ambientalismo continuaria a depender dessa

perspectiva futura para abordar suas preocupações e propor caminhos para a mudança. Percebe-se aí que, o futuro é tema muito presente nos debates acerca da preservação ambiental.

A partir dessas múltiplas perspectivas sobre a necessidade de agir em defesa do meio ambiente, seja para a perpetuação do sistema e dos poderes estabelecidos ou para promover uma mudança de paradigma e romper com a organização social vigente, surgem grupos e movimentos sociais ao redor do mundo. Todos esses movimentos compartilhavam o foco na transformação da visão global sobre a forma de utilização da natureza, buscando promover novas abordagens e práticas em relação ao meio natural. No capítulo dois, será melhor elaborado as trajetórias destes grupos. Neste capítulo, continuará a análise da forma em que a visão sobre a natureza se formou no Brasil.

Inicialmente observando o período da colonização brasileira, percebe-se que a sociedade foi composta por diversas etnias, resultado da mistura de povos de várias partes do mundo. A colonização foi principalmente realizada por europeus, especialmente da península Ibérica, mas também incluiu imigrantes de outras regiões da Europa e da Ásia. Além disso, a população é formada por africanos trazidos forçosamente durante o período da escravidão e pelos indígenas que habitavam o território antes da chegada dos colonizadores. Essa diversidade étnica influenciou a forma como a população brasileira entenderia e se relacionaria com o mundo natural.

A colonização revela aspectos relacionados à manipulação do meio ambiente. Crosby, em sua obra "Imperialismo Ecológico" (1986), destaca que a ecologia teve um papel crucial nas colonizações, já que o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais expuseram os seres humanos a microrganismos desconhecidos, levando a novas doenças. Essas infecções, disseminadas pelos colonizadores, contribuíram para a subjugação de povos originários. A introdução de novas espécies de plantas e animais alterou profundamente a biodiversidade do território, com a utilização de animais de grande porte, como gado e cavalos, e a chegada de novas gramíneas, modificando a paisagem. Muitas dessas espécies, descritas por Crosby (1986) como biota portátil, não tinham predadores naturais e dominaram os ecossistemas, alterando o meio ambiente colonial.

Crosby (1986) argumenta que essa transformação visava adaptar as condições de vida europeias ao Novo Mundo, onde as biotas portáteis eram transportadas para facilitar a sobrevivência dos colonizadores em um território considerado inóspito. Além disso, os

processos de escravização de indígenas e africanos intensificaram essa transformação ecológica, resultando em um sincretismo cultural que gerou uma nova representação da natureza brasileira.

A combinação de diversos elementos culturais provoca uma mudança na percepção do mundo natural, alterando a forma como os recursos são extraídos e utilizados, além de impactar a apreciação estética da natureza nas artes. A ecologia, por si só, não é suficiente para abordar todas as questões relacionadas aos desejos, motivações e comportamentos humanos. Portanto, é imprescindível integrar a sociologia à análise, visando compreender fatores históricos e sociais que contribuem para um entendimento mais abrangente sobre essas questões. Segundo Carlos Benedito Martins (1998), a sociologia busca explicar essas intenções práticas, destacando como os interesses econômicos e políticos de grupos e classes sociais, muitas vezes divergentes na sociedade capitalista, influenciam a formação do pensamento. Portanto, é fundamental investigar o contexto social do início da formação do Brasil para iluminar o tema central desta dissertação.

A história do Brasil a partir da colonização é contada em seus ciclos econômicos: pau-brasil, açúcar, drogas do sertão, mineração, café, borracha, indústria, soja. Ao longo de meio milênio, surtos de povoamento realocizaram e ampliaram a população pelo grande território. Da perspectiva ambiental, há claros traços, desde os primórdios da colonização, de impactos e mesmo de alertas e regulamentações que visavam lidar com situações de crise (Bursztyn; Persegona, 2008, p. 15).

Para percorrer — ainda que rapidamente — os últimos quinhentos e poucos anos de existência do Brasil pós-descobrimento, inicialmente, é essencial analisar os povos indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses. Essas diversas etnias possuíam culturas distintas e percepções singulares da natureza, percebendo as florestas de maneira diferente dos colonizadores europeus do século XV. Ao contrário da abordagem mercadológica dos colonizadores, os indígenas não exploravam a natureza de forma predatória, o que, segundo Schmidt (2011), minimiza os impactos negativos que poderiam causar ao meio ambiente. A visão destes povos em relação ao meio ambiente, era vinculada a sua subsistência.

Diegues (2000) complementa essa perspectiva ao afirmar que houve uma conexão profunda entre os povos originários e a natureza, sustentando que o conhecimento dessas populações é vital para a conservação ambiental. Esses povos não se viam como separados da natureza, mas como partes constitutivas do mundo natural, alterando assim a perspectiva sobre as ações ambientais. No entanto, é necessário evitar a idealização extrema desses

grupos, pois, como aponta Leopoldi (2002), o mito do "bom selvagem", popularizado pelo filósofo iluminista Rousseau, distorce a realidade ao simplificar o modo de vida indígena. Sobretudo, é necessário compreender que a produção agrícola dos povos nativos era realizada em escala diminuta em relação ao modelo que viria através das "lavouras mais intensivas" (Dean, 1997, p. 91), utilizado pelos europeus *a posteriori*, e sua profunda alteração dos ecossistemas, causada nas florestas brasileiras com o passar dos anos.

Ao chegarem ao Brasil, os colonizadores portugueses não encontraram imediatamente o ouro que tanto desejavam. Amaral (1958) destaca que os portugueses chegaram sem planejamento, recursos ou conhecimentos técnicos, iniciando a exploração do litoral sem estabelecer fundamentos duradouros. Além disso, encontraram um território geograficamente diferente do europeu, enfrentando desafios como a travessia da Serra do Mar, o que dificultou a interiorização. Sérgio Buarque de Holanda (2010) os caracteriza como "caranguejos" por sua preferência por habitar as áreas costeiras da colônia, limitando sua ocupação.

Os portugueses também se depararam com características pedológicas variadas que dificultaram a produção imediata de bens para o mercado europeu e encontraram uma população indígena numerosa e culturalmente diversa, que consideravam bárbara (Amaral, 1997). Esses fatores levaram os colonizadores a adotar práticas extrativistas prejudiciais ao meio ambiente, organizando o território em capitanias e formando alianças com alguns grupos indígenas para explorar produtos exóticos da fauna e flora locais. Essa ocupação foi feita de maneira desordenada e mal planejada, ignorando aspectos essenciais para a preservação ambiental e focando apenas em atender aos interesses da burguesia europeia (Dean, 1997).

Em "Visão do Paraíso", Sérgio Buarque de Holanda (2010) analisa como a natureza brasileira foi reinterpretada pelos europeus à medida que ocupavam o território. Inicialmente vista como um paraíso, essa natureza passou a ser percebida como um inferno à medida que as novas experiências mudaram. Passou de uma natureza misteriosa, selvagem, "a ser domada", sendo paulatinamente compreendida como rica em frutos, plantas, diferentes tipos de madeira, com uma diversidade de animais e recursos hídricos, como rios, córregos e nascentes, que poderiam ser exploradas para atender à demanda europeia. Esses elementos não apenas impulsionaram o comércio, mas também influenciaram a culinária, as artes e até questões religiosas, incorporando as tradições das religiões de matriz africana e indígena (Holanda, 2010). A visão dos europeus sobre o meio

ambiente e seus interesses, revelam-se pautados na ideia de mercado, e isso refletiu fortemente no período em que a escravidão perdurou por aqui.

[...] ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando sua lucratividade (Fausto; Fausto, 1994, p. 50).

Para compreender as características socioculturais dos africanos escravizados na formação do estado brasileiro, é essencial analisar como esses indivíduos percebiam o mundo natural e sua nova moradia. Amaral (1997) destaca que os africanos eram agricultores, tendo aprendido técnicas com missionários muçulmanos. Entretanto, Schmidt (2011) ressalta que, além de virem de um contexto natural e cultural distinto, os africanos sofreram longos anos de privação de liberdade, o que influenciou sua relação com o ambiente ao redor.

A presença dos africanos escravizados teve um impacto significativo na transformação da natureza brasileira, pois eram utilizados como mão de obra para derrubar florestas e criar lavouras e gado. Cardoso (1987) observa que, no século XVII, alguns proprietários permitiam que seus escravos cultivassem áreas em suas fazendas para subsistência, embora essa não fosse a norma. Embora não se deva subestimar os conhecimentos que os africanos trouxeram, é importante notar que suas práticas agrícolas, tanto autônomas quanto aquelas realizadas para os proprietários, eram geralmente moldadas pelos modelos de produção europeus exigidos por seus senhores.

A análise socioecológica do contexto colonial brasileiro revela os pilares sobre os quais a sociedade foi construída, especialmente em relação ao uso do mundo natural. Essa análise sugere que a forma como os brasileiros passaram a entender a natureza, e como ela é explorada pelo mercado global atualmente, tem raízes profundas nesse período.

Com o colapso do regime escravista, o império já mostrava sinais de sua decadência. Como apontado por Pádua (1998), houve escassez de mão de obra, o império começou a buscar imigrantes europeus e asiáticos para trabalhar nas lavouras, especialmente na produção de café, que era o principal produto de exportação. No entanto, o autor argumenta que a questão central não era a falta de trabalhadores, mas sim o desgaste do solo, resultado de práticas agrícolas insustentáveis e inadequadas de manejo. Antes mesmo de chegar à República, o solo brasileiro já apresentava sinais de esgotamento e isso

geraria consequências ao restante do território nacional, que ainda não havia sido “desbravado” por completo. O que se viu com o fim da monarquia foi uma República, que governo após governo apresentavam um mote semelhante, o desenvolvimento nacional através da produção, fosse pelo incentivo a agricultura ou a produção industrial, ambas modificando o espaço brasileiro e alterando profundamente o mundo natural.

A primeira República do Brasil, conhecida como República Velha ou República Oligárquica, foi marcada pelo domínio de militares e grandes oligarcas, que exerciam o poder em função de suas riquezas, principalmente da posse de terras. A visão dos governantes sobre a natureza refletia seus interesses econômicos, pois esses proprietários rurais garantiam seu poder por meio da produção agrícola e da hierarquia sobre a população trabalhadora. Nesse contexto, prevaleceu o coronelismo, descrito por Leal (2012) como um sistema político complexo que envolvia uma rede de relações entre os coronéis e o presidente da República, sustentada por compromissos mútuos.

O fim deste período foi marcado por uma crise econômica, caracterizada por instabilidade e problemas na produção agrícola, o que intensificou a insatisfação da população. A distribuição desigual de terras contribuiu para essa crise, gerando consequências sociais e críticas à estrutura política oligárquica, que favorecia práticas clientelistas e interesses pessoais (Azevedo; Seriacopi, 2016). O descontentamento culminou na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas e apoiada pelos tenentes, resultando na deposição do presidente Washington Luís e na formação de um governo provisório com Vargas como chefe do executivo (Fausto, 1970).

O primeiro governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, marcou o fim da República Velha e a Era Vargas, que se estendeu até 1945. Durante esse período, Vargas implementou medidas importantes, como a Consolidação das Leis do Trabalho, e adotou uma abordagem intervencionista na economia, promovendo a modernização e a industrialização do Brasil. Iniciativas como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e planos de desenvolvimento econômico destacaram o foco do governo em indústrias, comércio e tecnologia, enquanto as questões ambientais ficaram em segundo plano, seguindo uma lógica desenvolvimentista (Saviani, 2013; Chang, 2004).

Entretanto, já surgiam grupos de intelectuais preocupados com a preservação ambiental, que ganharam visibilidade ao conectar o tema com a busca por uma identidade nacional, uma aspiração da nova república (Franco, 2001). Essa conexão entre preservação ambiental e identidade nacional foi uma contribuição significativa na formação de um

discurso que começava a emergir nesse contexto, e viria a agrandar o poder político da época que buscava a construção desta identidade.

No caso da proteção à natureza, havia um grupo razoavelmente organizado, constituído em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, que pretendeu garantir que políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro fossem implementadas pelo Estado. A maneira como esse grupo se inseriu no contexto político-intelectual da época e o seu relativo sucesso estiveram associados ao fato de ter relacionado as suas preocupações com a proteção da natureza com a questão da identidade nacional, o que implicou na apropriação e elaboração de tradições de pensamento que envolviam um conhecimento científico do mundo natural e a ideia de que ele devia ser conservado por motivos econômicos e estéticos (Franco, 2001, p. 78).

Este grupo organizou a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, ocorrida de 8 a 15 de abril de 1934, no Rio de Janeiro, e foi um reflexo da mobilização e do pensamento predominante em organizações da sociedade civil e instituições públicas comprometidas com a conservação da natureza (Franco, 2001). Ainda no governo de Vargas foi criado o primeiro Código Florestal do Brasil.

Em 1934, no Brasil, surgiu o primeiro código florestal em meio à forte expansão cafeeira, surgiu o primeiro Código Florestal, em 1934. A legislação visava impedir os efeitos sociais e políticos negativos causados pelo aumento do preço ou – pior – pela falta da lenha, obrigando os donos de terras a manterem 25% da área de seus imóveis com a cobertura de mata original. A lei também demonstrava viés de preservação ambiental, ao criar a figura das florestas protetoras, para garantir a saúde de rios e lagos e áreas de risco (encostas íngremes e dunas) (Castella, 2012, p. 02).

Durante o Estado Novo, que começou em 1937, Getúlio Vargas consolidou seu poder por meio de uma nova Constituição que estabeleceu um regime autoritário e concentrou poderes nas mãos do presidente, suspendendo as instituições democráticas até 1945. O governo enfrentou desafios, incluindo tensões internas e externas durante a Segunda Guerra Mundial (Schmidt, 2011). Com o término do conflito, a Europa vivenciou um enfraquecimento das teorias de desenvolvimento, que haviam alimentado projetos políticos e sociais, enquanto no Brasil, após a queda de Vargas, a democracia foi retomada, mas as estruturas de poder permaneceram essencialmente inalteradas, com a visão desenvolvimentista ainda predominando. Nesse contexto, os países subdesenvolvidos começaram a questionar as condições impostas por países centrais, especialmente à luz das

discussões emergentes sobre as consequências do "desenvolvimento desenfreado" no pós-guerra.

Segundo Leff:

A humanidade não estava preparada para receber tão fatídicas e amargas notícias. As primeiras reações surgiram de imediato, como antídoto para o mal: controle da natalidade, crescimento zero, responsabilidade ética e controle social da tecnologia. Enquanto os países "subdesenvolvidos" responderam reclamando seu "direito ao desenvolvimento", já que enxergavam no freio ao crescimento sua condenação à pobreza, o sistema econômico resistia ao desafio com a vontade de poder instaurada em seus paradigmas teóricos e seus interesses práticos (Leff, 2021, p. 20).

Os países mais desenvolvidos já começavam a se mobilizar em torno de questões ambientais de preservação, enquanto os países subdesenvolvidos, como o Brasil, buscavam o desenvolvimento e descreditavam a ideia de que os países do norte global estavam genuinamente preocupados com o meio ambiente, suspeitando que o objetivo era apenas frear seu crescimento. Embora a preocupação com a utilização da natureza já estivesse presente nas ações governamentais e nos debates políticos, por meio da formulação de legislações nacionais, essa questão ainda não havia se tornado um movimento social significativo ou um tema central para partidos políticos no Brasil.

Em 1º de janeiro de 1955, foi criada a União Protetora da Natureza que segundo Malta e Dichdji (2020) foi a primeira organização dedicada à defesa ambiental no Rio Grande do Sul, presidida por Henrique Luiz Roessler (1896-1963), que atuou como delegado florestal, dedicou-se à fiscalização de caças e pescas irregulares. Pode-se dizer que aí nasce o ativismo ambientalista no Brasil. Ainda em 1958 foi criada a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, no Rio de Janeiro. Composta principalmente por servidores públicos ligados ao tema, a FBCN atuou como um grupo de interesse, buscando influenciar decisões governamentais por meio de lobby, não sendo adeptos a mobilizações públicas.

No período ditatorial que viria posteriormente, essa estratégia se mostrou eficaz, permitindo que a FBCN contribuísse para a elaboração de leis, órgãos e políticas ambientais, e seus membros ocupassem cargos de direção na área. Assim, a trajetória da FBCN esteve intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da burocracia ambiental brasileira, conferindo-lhe um caráter paraestatal até a década de 1970 (Alonso; Costa e Maciel, 2007).

A partir de 1964, o Brasil adentrou em um governo ditatorial que buscava afirmação global e nacional. Os ditadores que ocuparam sucessivamente a cadeira presidencial, eram motivados pela perspectiva de alcançar um crescimento econômico semelhante aos padrões das nações mais ricas. Muitos intelectuais do mundo periférico, foram cooptados a formular projetos, estabelecer instituições, desenvolver estratégias e propor políticas para promover tal desenvolvimento (Wasserman, 2017). Esta prática econômica iniciada antes mesmo da Ditadura Civil-Militar brasileira de 1964, ficou comumente denominada de desenvolvimentismo.

Sob essa égide, o governo realizou diversas obras de infraestrutura, ao custo da destruição de patrimônios ambientais, como percebe-se na construção da usina hidrelétrica binacional Itaipu, quando em conjunto com o Paraguai, foi construída a maior hidrelétrica do mundo, através do alagamento do Rio Paraná na região leste do estado homônimo, alagando assim as sete quedas, modificando o espaço e trazendo consequências à fauna e a flora local (Germani, 2008). Neste período vários grupos se uniram na defesa das sete quedas, este período será melhor detalhado no capítulo dois.

A ditadura militar no Brasil, ocorreu de 1964 a 1985, e a abordagem em relação ao meio ambiente não foi uma prioridade significativa na agenda do governo, tendo ocorrido uma expansão agrícola, incluindo a abertura de áreas na Amazônia para atividades agropecuárias, o que contribuiu para o desmatamento e a alteração dos ecossistemas, sem uma consideração adequada da preservação ambiental e as futuras consequências desta forma de manipulação do ambiente natural. A construção de grandes obras, como a Transamazônica e a já mencionada Usina de Itaipu, teve impactos significativos, incluindo o deslocamento de comunidades e a perda de biodiversidade (Germani, 2008).

Ainda em 1965, um ano após o golpe militar, foi promulgado pelo congresso, o segundo Código Florestal, considerado por Benjamin como “inovador em alguns aspectos” (2000, p. 22), tanto, que perdurou por quase 50 anos, quando foi substituído pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012), contudo, o desenvolvimentismo ainda era mais proeminente nas ações governamentais.

Enquanto isso, a partir dos anos 60 e 70, tem-se a renovação do movimento ambiental em âmbito global. Os grupos ambientalistas surgidos nesta época apresentavam uma motivação política em suas reivindicações. Diferentemente do movimento anterior, iniciado ainda no século XIX, que buscava uma perspectiva contemplativa da natureza, estes introduziram uma preocupação mais holística com relação a natureza, onde a ideia de

manutenção dos espaços naturais não serviria apenas para a contemplação, ou seja, para o servir ao ser humano, mas agora, como algo necessário para a manutenção da vida na terra, compreendendo que o ser humano é parte da natureza, e não pode apenas ser o seu dominador.

Principalmente o norte global, passava por uma mudança de cosmovisão. A Europa devastada pela guerra e agora dividida entre o bloco capitalista e o bloco socialista no auge da Guerra Fria, passaria por mudanças no pensamento coletivo, surgindo movimentos sociais específicos com reivindicações específicas. O movimento de contracultura, a classe média preocupada com a poluição do meio ambiente, e a luta contra a utilização da energia nuclear passaram a produzir um movimento ambientalista novo.

Esta efervescência do debate político ambiental, estimulou a criação ou a modernização de leis e instituições estatais de regulação e controle da qualidade ambiental. A primeira agência estatal deste tipo foi a Environmental Protection Agency estabelecida nos EUA durante o governo Nixon no ano de 1970 e foi fruto da demanda dos grupos ambientalistas organizados neste país. No Brasil, no ano de 1973 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, pela ditadura civil-militar, mas era uma agência de pouca expressão e apenas existindo para atender a demanda de organismos internacionais.

Ainda no Brasil, na década de 70 surgem movimentos sindicalistas na Amazônia que mesclavam a defesa dos direitos dos trabalhadores dos seringais, com a perspectiva da conservação destas árvores que eram tão importantes para a economia local, assim como, pela preservação da Amazônia. Liderados por Chico Mendes, um nome que marcaria para sempre a luta ambiental brasileira e mundial, surgia um novo capítulo no ambientalismo brasileiro.

Mendes foi alfabetizado tardiamente, aos 20 anos, por Euclides Távora, um fugitivo da ditadura militar. Essa alfabetização despertou seu interesse por questões sociais e políticas. Durante sua juventude, Chico percebeu as injustiças enfrentadas pelos seringueiros e a devastação da floresta causada pela expansão da pecuária e da exploração madeireira. Essas experiências o levaram a se comprometer com a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e a preservação do meio ambiente (Policarpo, 2024, local. 02).

Nos anos 1980, Chico Mendes foi fundamental na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e na idealização das "Reservas Extrativistas", áreas protegidas que permitiam aos seringueiros manter suas atividades de forma sustentável, longe da

destruição provocada pela pecuária e agricultura intensiva. Essa proposta inovadora destacou a importância das populações tradicionais na preservação da Amazônia. Em 1985, ele ajudou a fundar a União dos Povos da Floresta, que unia comunidades que dependiam da floresta, e em 1986, recebeu o Prêmio Global 500 da ONU em reconhecimento ao seu trabalho ambiental. Conhecido como o "pai da reserva extrativista", Mendes se tornou um símbolo na luta contra o desmatamento, mobilizando a comunidade internacional para denunciar crimes ambientais e defender os direitos das populações tradicionais.

Chico Mendes emergiu como uma voz global na defesa do meio ambiente, conquistando notoriedade internacional ao participar de conferências onde denunciava a destruição da Amazônia e os conflitos resultantes do desmatamento.

Resolvemos criar um movimento pacifista, aí acionamos mulheres e crianças para o movimento de paz. Quando a polícia se deslocava para a área, a gente se deslocava também, com homens, mulheres e crianças em mutirões de cem, duzentas até trezentas pessoas que ficavam diante da polícia, e a polícia com todas suas metralhadoras e fuzis, refletia e finalmente em muitos momentos ela recuava, porque pensava duas vezes em atirar numa criança. Com tudo isso a gente criava um fato político (Mendes, 1990, local. 7).

Sua atuação o colocou em oposição direta a fazendeiros e interesses econômicos que viam suas iniciativas como uma ameaça. Lamentavelmente, sua luta culminou em sua trágica morte em 1988, quando foi assassinado por fazendeiros contrários à criação de reservas extrativistas. Esse acontecimento provocou uma onda de comoção internacional e fortaleceu ainda mais o movimento ambientalista no Brasil e no mundo (Policarpo, 2024). A opinião pública passa a ser influenciada pela percepção de que a preservação do meio ambiente, é um assunto que atinge “poderosos”.

A já mencionada mudança de visão que surgia especialmente no norte global principalmente após a devastação da Europa durante a guerra e a subsequente divisão entre os blocos capitalista e socialista na época da Guerra Fria, e a repressão violenta da ditadura, influenciaram o surgimento de movimentos de uma população insatisfeita. Os movimentos sociais passam a estar mais presentes no cotidiano brasileiro. Esse cenário favoreceu o surgimento de movimentos sociais com demandas específicas, mobilizando desde a classe média preocupada com a poluição e a utilização da energia nuclear, até as classes mais baixas que buscavam saneamento básico e direitos trabalhistas.

Um importante marco histórico deste período, acerca do tema ambiental no Brasil, foi a criação do Ministério do Meio Ambiente. Em 15 de março de 1985, durante o governo

de José Sarney, foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, porém, posteriormente, por um curto período de tempo, ficou restrito a uma secretaria, somente em 1992, seguindo a “onda” ambiental da ECO-92, foi instituído o Ministério do Meio Ambiente, sob o governo de Itamar Franco.

No contexto global, as décadas de 70 e 80, trouxeram um novo ativismo ambiental, que não apenas estimulou a ideia de institucionalizar a defesa do meio ambiente, mas também levou à criação de partidos verdes em várias regiões do mundo, incluindo França, EUA, Inglaterra, Países Nórdicos e América Latina (Rabóczkay, 2004). E no Brasil, essa onda de conscientização ambiental, com o fim do regime ditatorial e a abertura política em 1985, acabou resultando na fundação do Partido Verde em 1986, por influência e como consequência de vários aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, tanto locais quanto globais.

## **1.2 Política e Partido Político**

Após a análise introdutória da forma como a visão sobre o mundo natural no Brasil foi se transmutando ao longo do tempo, e das maneiras como os governantes trataram esse tema durante seus períodos de poder, antes de adentrar propriamente na história do PV e de seus fundadores, é necessário compreender o que é um partido político em um Estado democrático de direito contemporâneo e como surgem esses entes políticos. É preciso compreender que toda esta explanação é parte da análise do contexto em que está inserido o PV, e tais aspectos teóricos podem apresentar as motivações de seus fundadores em organizar a sigla.

Para discutir sobre um partido político, é necessário inicialmente apresentar sob qual base teórica serão analisados estes entes. Neste, foi utilizada a discussão teórica da forma de representatividade política e a atuação dos partidos em um estado democrático de direito, sob a visão de autores como Rodrigo Motta, Norberto Bobbio, Giacomo Sani, Max Weber, Karl Marx, dentre outros.

Inicialmente, busca-se compreender o que é a comunidade política, para posteriormente adentrar na análise da formação de um partido político. Nesta análise, o ponto de partida será a definição “comunidade política” em Max Weber (1999), e não necessariamente o que é política, para não alargar demais a análise, visto que se trata de uma dissertação bem delimitada.

Compreendemos por comunidade política aquela em que a ação social se propõe a manter reservados, para a dominação ordenada pelos seus participantes, um "território" (não necessariamente um território constante e fixamente delimitado, mas pelo menos de alguma forma delimitável em cada caso) e a ação das pessoas que, de modo permanente ou temporário, nele se encontram, mediante a disposição do emprego da força física, normalmente também armada (e, eventualmente, a incorporar outros territórios). A existência de uma comunidade "política", nesse sentido, não é um fenômeno dado desde sempre e por toda parte (Weber, 1999, p. 155).

Partindo desta premissa, a comunidade política não surge no indivíduo, mas sim na coletividade, entre os seres humanos, possibilitando condições para a vida em sociedade minimamente organizada. Marx e Engels (2019, p. 34) corroboram com esta ideia, quando defendem que “[...] a existência da cidade implica imediatamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., numa palavra, a necessidade da organização comunitária, partindo da política em geral [...]” sendo assim a política um pré requisito para a convivência comunitária. Percebe-se assim, a interdependência entre a coletividade e a política. Toma-se aqui a perspectiva de que a política é a consequência da vida em sua forma coletiva, um reflexo da criação de grupos de humanos no decorrer da história, que se convencionou a denominar sociedade.

Cabe mencionar que as ações de cada indivíduo nesta sociedade, resultam da forma que cada membro se posiciona nas bases materiais, condições e limites impostos pelas relações de produção. Essas condições são determinadas pela estrutura econômica e independem da vontade individual, refletindo o lugar de cada um na sociedade em função de sua posição nas relações de classe e nos modos de produção (Marx e Engels, 2019). A política, nesse contexto, é o reflexo dessas condições materiais, onde a atuação dos indivíduos é moldada por suas circunstâncias econômicas e sociais, e não pela simples vontade ou consciência pessoal.

Ao longo da história, os coletivos humanos buscaram maneiras de se organizar e desenvolver formas de poder que garantissem a coesão social (mesmo que artificial) e a sobrevivência do grupo. Nas comunidades pré-históricas, a força física, sobretudo masculina, foi um dos primeiros fatores determinantes de poder. Nesse contexto, a força não apenas assegurava a proteção do grupo contra ameaças externas, como também mantinha a ordem interna. Em sociedades tribais e patriarcais, essa estrutura hierárquica baseada na força física predominou durante muitos anos, sendo vista como um meio natural de organização.

Conforme as sociedades se tornaram mais complexas, as formas de poder e organização foram se transformando, com grupos criando normas e regras para garantir a manutenção desta já mencionada “coesão”. Esse processo marcou o início de uma estrutura política mais formal, onde o poder não dependia apenas da força individual, mas também da negociação e do aglomerado de participantes do ideal. A exemplo, ainda na idade média, os senhores feudais se utilizavam de grupos que serviam como pequenos exércitos, na manutenção do poder estabelecido. Uma mescla de força física, com a construção de todo um imaginário místico, e divino, formaram um poder que controlava as massas durante longos séculos. Assim, o poder foi gradualmente substituído por sistemas de governança autoritários, passando para formas mais ou menos colaborativas de gestão e regulamentação, em variados graus, com a participação de mais indivíduos na construção das normas sociais.

Neste sentido, há um “movimento de poder” entre os grupos. Para Gramsci (1999), existem dois pontos centrais a serem analisados neste contexto. Primeiro, a divisão da sociedade entre governantes e governados, líderes e liderados, o que evidencia a separação em classes sociais, e estes grupos, em determinados momentos, entram em conflito devido a antagonismos de classe. E segundo, que todas as interações sociais possuem uma dimensão política. A política num sentido mais restrito, envolvendo governo e exercício de poder, reflete essa divisão social. No sentido mais amplo, trata-se da luta pela transformação ou preservação das estruturas econômicas e sociais, que sustentam e mantêm o Estado. De acordo com Gramsci (1999), todas as relações sociais, sejam cotidianas ou estruturais, carregam uma implicação política.

A complexificação da vida em sociedade exigiu mais e mais ordenamentos, organização, e associações de indivíduos em torno do que se pretendia, surgindo grupos, associações, e até os partidos políticos. De forma simplista, o partido político neste contexto, surge como uma instituição elaborada pela coletividade de sujeitos, uma construção coletiva em torno de ideais de gestão da coisa pública.

No senso comum um partido político pode ser compreendido como uma organização formal que busca influenciar o governo através da participação em eleições e na formulação de políticas, mas não se resume a isso. Motta (2008) em seu livro “Introdução a história dos partidos políticos brasileiros”, define que, essencialmente os partidos políticos são agrupamentos de pessoas que desejam o poder, assim, as pessoas se organizam em torno da entidade política, o partido, a fim de conquistar o poder, e em

muitos casos, estes partidos são criados em torno de um indivíduo carismático, que com discursos carregados de ideologias, cooptam mais e mais adeptos àquela forma de pensamento, porém apenas esta interpretação se parece o tanto quanto simplista.

O mesmo autor se aprofunda na análise defendendo que, os partidos políticos representam diferentes ideologias, visões e interesses, ambições pessoais e coletivas, de forma que neste misto de sentimentos e interesses, buscam ditar como um governo deve funcionar e quais políticas devem ser implementadas. Tal atuação desempenha um papel fundamental nos sistemas democráticos, proporcionando aos indivíduos uma maneira de expressar suas opiniões e escolher representantes para ocupar cargos públicos (Motta, 2008). O surgimento de um partido político estaria conectado a este interesse do grupo, e pautado nesta busca, mas, carregado de questões ainda não analisadas e em diversidade de opiniões.

Não se deve encarar os partidos como se fossem representantes perfeitos dos interesses sociais, como se eles passivamente refletissem tal como um espelho as demandas populares. Na realidade, as relações entre as organizações partidárias e a sociedade são mais complexas. Nem sempre o povo tem clareza de seus interesses e necessidades e às vezes não sabe expressá-los. Os partidos atuam mostrando as questões, apontando problemas e sugerindo formas de resolvê-los. Eles têm, então, importante papel politizador, quer dizer, com sua atuação ajudam a organizar as demandas populares e as canalizam em forma de propostas concretas de governo (Motta, 2008, p. 11).

Continuando com a visão Gramsciana, o partido político seria o responsável por desenvolver e divulgar uma visão de mundo. O Partido deve, portanto, construir a ética e a política baseadas na experiência histórica da classe trabalhadora, que se desenvolve através da sua luta. Para ele, o partido seria a classe de intelectuais que mobiliza, e sugere que os problemas devem ser entendidos de forma histórica, como parte da questão política relacionada aos intelectuais. A autoconsciência crítica, ou seja, a capacidade de um grupo ter uma compreensão clara e crítica de sua realidade, implica na criação de uma elite intelectual. Uma massa de pessoas só se diferenciaria e se tornaria independente ao organizar-se, e a organização não pode existir sem intelectuais. Esses intelectuais são os responsáveis por liderar, organizar e dar forma teórica e prática às ações do grupo (Gramsci, 1999).

Percebe-se que os partidos políticos são um reflexo das transformações da sociedade, o que as tornou cada vez mais complexas e burocratizantes. Giacomo Sani no verbete “Participação Política” que escreve para o Dicionário de Política, organizado por

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), afirma que o surgimento e a evolução dos partidos políticos em uma democracia estão intrinsecamente relacionados à questão da participação. Estariam ligados ao crescente desejo de diferentes classes e estratos sociais de participar ativamente no processo de tomada de decisões políticas.

O ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, ao corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação (Sani, 1998, p. 899).

No entanto, essa participação, segundo Sani, é restrita. Apenas aqueles com interesse na profissionalização da política, que se submetem a possibilidade de participação efetiva. Interessante, porém, que esta busca por participação se torna mais evidente em períodos de grandes transformações econômicas e sociais, que abalam a ordem tradicional da sociedade e colocam em risco as relações de poder estabelecidas (Sani, 1998). Tal afirmação encontra conexão com o período pós ditadura no Brasil, quando em uma crise econômica e social, houve a busca pela participação política mais ampla, e conseqüentemente surgem diversos partidos políticos, cada qual com sua ideologia, e buscando uma “fatia” nessa nova estrutura de poder.

Para compreender a estrutura, e a forma de organização de um partido político no Brasil, é de extrema importância ainda que de forma introdutória, sejam analisados quais são os ordenamentos legais e jurídicos sob a qual estas instituições estão embutidas, logo, é necessário recorrer a Constituição Federal do Brasil, e compreender, o que ela traz acerca dos partidos políticos, e a forma de governo utilizada.

Embora, em 1986, no ano da criação do PV, o Brasil ainda estava sob a égide da Constituição Federal instituída no período ditatorial, em 1985, já havia sido convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, para a reformulação do código legal maior. Assim, para que haja mais fácil compreensão neste trabalho, será utilizada a Constituição Federal de 1988, na análise dos ditames que definem a ação partidária em neste território, visto que foi promulgada entre o processo de fundação e oficialização legal do Partido Verde.

Analisando a forma de organização política brasileira, percebe-se que não somente é permitida a existência de partidos políticos, mas além disso, exige-se através do Artigo 14, Parágrafo 3º, inciso V da Constituição Federal de 1988, a filiação do indivíduo em

alguma sigla partidária, a fim de concorrer a algum cargo eletivo seja em esfera municipal, estadual ou federal. Com isso, verifica-se que não é somente uma possibilidade a organização de um partido, mas torna-se um imperativo, caso qualquer indivíduo queira participar da política profissional do Estado. Ainda a CF/88, define em seu primeiro artigo, em parágrafo único que, “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988), garantindo assim neste Estado a forma de governo nos moldes da democracia representativa.

Para Bobbio, democracia representativa significa que “deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade” (1997, p. 44). Desta forma, os eleitos agem em favor de seus eleitores, e assim, embora haja situações de exceções, a regra é que o interesse individual seja subjugado pelo interesse coletivo de grupos organizados que adentram em debates na esfera política.

Porém, o autor adverte que há o caráter centralizador e personalista de alguns partidos políticos, afirmando que estas instituições, com o tempo, passaram a dominar e ditar as narrativas políticas em alguns Estados democráticos.

[...] sujeitos politicamente relevantes tornaram-se sempre mais os grupos, grandes organizações, associações da mais diversa natureza, sindicatos das mais diversas profissões, partidos das mais diversas ideologias, e sempre menos os indivíduos. Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática, na qual não existe mais um soberano, o povo ou a nação, composto por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do governo, na qual não existe mais o povo como unidade ideal, mas apenas o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes, com sua relativa autonomia diante do governo central (autonomia que os indivíduos singulares perderam ou só tiveram num modelo ideal de governo democrático sempre desmentido pelos fatos) (Bobbio, 1997, p. 23).

Logo, a essência da atuação do partido está predominantemente voltada para a busca do poder político dentro de uma comunidade, pelo grupo, e esta coletividade, age baseado na diversidade de estímulos e motivações que impulsionam a ação política, esta, diretamente ligada à realização de objetivos “concretos” e/ou “individuais” (Bobbio; Matteucci e Pasquino, 1998, p. 899).

A busca por compreender a atuação dos partidos políticos, incluindo sua organização, surgimento e estratégias para alcançar objetivos, pode ser abordada pela

teoria dos grupos de interesse. Essa teoria concentra-se na análise da influência de grupos organizados na formulação de políticas governamentais. David Truman, em sua obra “The Governmental Process” (1951), estabeleceu o conceito de grupo de interesse como um conjunto de indivíduos que compartilham preferências, valores e atitudes, e que os defendem diante dos demais grupos da sociedade. Nesse sentido, a sociedade é formada por diversos coletivos que buscam promover interesses específicos junto ao governo, tais como organizações empresariais, sindicatos, grupos de defesa de direitos, religiosos, e, no contexto deste trabalho, grupos ambientalistas. A dinâmica na atuação do Estado é influenciada por esses grupos variados em tamanho, recursos e poder.

Os partidos podem surgir destes grupos, e/ou atuarem junto a estes grupos, pois segundo Bobbio “os partidos possuem um pé na sociedade civil, e um pé nas instituições [...] de fato não pertencem por inteiro nem à sociedade civil, nem ao Estado” (2020, p. 45). O que se justifica utilizando a afirmação da filósofa Hannah Arendt ao defender que os políticos profissionais oferecem à população “[...] representantes no sistema de partidos, para representar seus interesses dentro do Estado, e se for o caso, contra o Estado” (1997, p. 29).

Adentrando um pouco mais na teoria dos grupos de interesse de Truman (1951), destaca-se algumas bases de compreensão para facilitar a construção da visão acerca do movimento ambientalista e a criação do PV, desde o caminho percorrido da consciência ambiental nacional, passando pelo movimento ambientalista até a construção de um partido político de cunho ambiental. Nesta teoria, vê-se termos como o pluralismo, a competição de interesses, a mediação política, a participação cidadã e o processo de negociação, termos estes que podem auxiliar a compreensão do interesse em burocratizar o ambientalismo através de um partido político.

Em se tratando do pluralismo, tem-se que é a ideia do equilíbrio político produzido pela competição entre diferentes grupos (Ribeiro *et al*, 2021), logo, a teoria dos grupos de interesse opera dentro de um paradigma pluralista. Uma ideia de que a política é regida pela concorrência entre diversas elites nos amplos campos do poder, onde o poder iria agindo conforme o balanço gerado por essa concorrência, assim, nenhum grupo específico detém um domínio absoluto sobre o sistema político, pelo contrário, uma variedade de grupos competem entre si para influenciar as políticas públicas, chegando ao segundo ponto, a competição, tal como afirma Dahl (1970).

A competição de interesses revela a política como um campo de disputa, onde diferentes grupos de interesse buscam influenciar as decisões governamentais em áreas que afetam seus membros, objetivos ou interesses. Essa competição é considerada por alguns, saudável para o funcionamento da democracia, pois evita a concentração excessiva de poder nas mãos de poucos elitizados. Para outros, na verdade é necessário que exista um grupo de intelectuais que tome as decisões, conforme já visto em Gramsci (1999). Os cidadãos podem se envolver ativamente na política ao se associarem a grupos que compartilham seus interesses, preocupações e ideologias. Essa participação amplia a pluralidade de vozes no processo político.

É evidente que esta competição de interesses possui pontos de conflitos, onde entram em cena os processos de negociação, que por meio de negociações e compromissos, os grupos podem buscar influenciar políticas através de lobby, participação em audiências públicas, campanhas de conscientização, entre outras estratégias, que mobilizem as massas e deem robustez ao que é reivindicado. Neste aspecto está firmado a utilização de movimentos sociais em questões políticas, que através de grandes mobilizações, podem provocar a opinião pública e conquistar seus anseios mediante a força popular, ou ainda mediante, a consciência dos políticos que percebem uma necessidade pública, ou até mesmo, um nicho eleitoral naquele determinado tema.

Uma crítica bastante contundente que pode surgir a essa teoria, é o fato de que nesse processo existe a diferenciação de poderes e influências de diferentes grupos ligados aos mais variados temas de interesse social, além da atuação individual de agentes que por terem carisma popular e poder dentro dos grupos políticos, impõem suas ambições e interesses.

No Brasil, essa forma “populista” e centralizadora de fazer política foi, e ainda é muito evidente na contemporaneidade, e para analisá-la seria necessário a compreensão de muitos outros termos como a manipulação das massas através da mídia e das redes sociais, ou através de ações governamentais clientelistas, mas neste trabalho não entraremos nessa demanda, sendo necessário um maior arcabouço investigativo e tempo para uma dissertação mais ampla, ficaremos aqui ancorados na compreensão plural da formação de um partido político, no caso o PV.

Outra forma de investigar a construção de um partido, seria se utilizando da análise das classes sociais que Gramsci relata em seus “Cadernos do Cárcere” (1999). Nesta obra, o autor revela que é importante considerar como um partido se posiciona em relação às

divisões de classe e aos conflitos entre elas. Os partidos surgem assim, para defender os interesses de um grupo específico, seja a classe trabalhadora, a elite econômica ou outros segmentos sociais. Esses partidos podem buscar manter o *status quo*, favorecendo os interesses da classe dominante, ou lutar por mudanças estruturais que promovam a igualdade social, representando classes subordinadas. Ou seja, pode buscar através de acordos a manutenção das instituições de poder, ou a derrubada e a transformação destas. Sendo assim uma instituição essencial na luta de classes, pois é através dela que a classe trabalhadora, ou qualquer outra classe social, pode articular sua visão de mundo e construir sua própria hegemonia.

Após esta rápida análise dos aspectos teóricos da comunidade política e dos partidos políticos, em suma, o que se verá a frente é que os membros fundadores do PV, se utilizaram de algumas formas de ação para defender seus interesses, seja através da utilização de agentes políticos eleitos, ou através da mobilização das massas e da opinião pública na busca em movimentar a política a favor de seu ideário. Suas formas de ação e as motivações serão melhor analisadas no capítulo a seguir.

## Capítulo 2: Fundação do PV/Brasil: contexto e história

### 2.1 Ecológica: Burocratização ou movimento social?

Para colaborar com este trabalho, serão analisadas, primeiramente, três perspectivas ambientais que estiveram, e ainda estão presentes no debate global acerca do tema. A ecologia radical, o ambientalismo moderado, e a ecologia política. Segundo Jatobá; Cidade e Vargas (2009), estas três abordagens distintas são utilizadas para lidar com os desafios ambientais, cada uma oferecendo uma perspectiva única sobre o relacionamento entre o meio ambiente, a sociedade e a economia.

A ecologia radical é uma visão que prioriza as questões ecológicas acima das sociais e econômicas, argumentando que a preservação da natureza deve ser a principal preocupação, mesmo que isso signifique sacrificar certos aspectos do desenvolvimento humano. Seus defensores acreditam que essa abordagem é necessária, especialmente em situações críticas de desequilíbrio ecológico severo, onde intervenções rápidas e drásticas são justificadas. No entanto, essa perspectiva pode ser limitada para enfrentar a complexidade das questões ambientais em contextos mais amplos.

A ecologia radical abrange uma série de correntes teóricas e movimentos ambientalista que têm como base o ecocentrismo. Este pressupõe a submissão das atividades humanas às leis naturais e opõe-se ao tecnocentrismo, que credita à capacidade humana a possibilidade de reverter desequilíbrios ambientais e suprir a escassez dos recursos naturais por meios tecnológicos (Jatobá; Cidade e Vargas, 2009, p. 50).

Sem levar em conta as questões sociais e econômicas, a ecologia radical deixou espaço para o surgimento das demais abordagens que seguem. Sobre o ambientalismo moderado, percebe-se que este busca conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento econômico, propondo que é possível proteger o meio ambiente ao mesmo tempo em que se atende às necessidades humanas. Essa visão é considerada mais viável e prática para enfrentar os desafios ambientais, já que promove soluções que equilibram proteção ambiental com crescimento econômico e bem-estar social. É uma abordagem mais inclusiva, capaz de engajar um maior número de atores sociais e econômicos nas ações de conservação.

O ambientalismo moderado surgiu em resposta à crise econômica e energética dos anos 1970, que expôs a fragilidade do modelo econômico global e levantou preocupações sobre a escassez de recursos naturais.

[...] foi elaborado, ainda sob a égide da ecologia radical, o estudo *The Limits to Growth*, coordenado por Meadows (1972) e patrocinado pelo Clube de Roma, uma associação de empresários, e não de ecologistas. O estudo, de inspiração neomalthusiana, partia de uma preocupação com os níveis de produção e consumo e chegava à conclusão de que a sua continuidade acarretaria, em poucos anos, uma crise econômica sem precedentes e que a própria vida na Terra estaria em perigo de extinção (Jatobá; Cidade e Vargas, 2009, p. 50).

Este estudo, alertou sobre os riscos de continuar os padrões de produção e consumo, prevendo uma crise econômica e ambiental sem precedentes. As conclusões do Clube de Roma, em 1970, alertaram sobre um futuro preocupante tanto para os países já industrializados quanto para aqueles em processo de industrialização, como o Brasil. O estudo apontou que, caso a exploração dos recursos naturais continuasse no ritmo atual, a capacidade de regeneração do meio ambiente seria rapidamente esgotada. Esse cenário é percebido ainda na primeira tese do estudo.

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial (Bruseke, 1998, p. 30).

No contexto das teses do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, surgiu a proposta de um novo modelo de desenvolvimento que conciliava crescimento econômico e preservação ambiental. Em 1973, Maurice Strong introduziu o conceito de ecodesenvolvimento, mas foi Ignacy Sachs quem formulou seus princípios, que incluíam atender às necessidades básicas, solidariedade com futuras gerações, participação popular, preservação ambiental, justiça social, e educação (Sobrinho, 2008, p. 87). Voltado principalmente aos países em desenvolvimento, o ecodesenvolvimento foi visto como mais utópico do que prático, devido à sua desconexão com o espírito capitalista e o contexto histórico da Guerra Fria. Esse conceito, no entanto, serviu de base para o posterior Desenvolvimento Sustentável.

[...] o desenvolvimento sustentado [...] enquanto ideia, começou a circular apenas no final da década de 80, sobretudo quando o Relatório *Nosso Futuro Comum*, ou Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, foi entregue à Assembleia Geral da ONU em 31 de dezembro de 1987. A ênfase em “desenvolvimento sustentável”, neste documento, popularizou a expressão apesar de nele não se ter avançado muito em uma sistematização conceitual (Ribeiro, 1991, p. 76).

Neste período nos países industrializados, a crise gerou avanços tecnológicos que melhoraram o desempenho ambiental das empresas. Já nos países do chamado sul global, o aumento da pobreza e da urbanização desordenada devido à crise recessiva agravou os problemas ambientais, pressionando ainda mais os recursos naturais. Com isso, o ambientalismo moderado propôs soluções adaptadas a essas diferentes realidades, buscando preservar o meio ambiente sem promover mudanças radicais no modelo econômico vigente.

A Conferência do Rio de 1992 consolidou o ambientalismo moderado com a adoção de propostas para conciliar desenvolvimento e preservação ambiental. Mais tarde, a Cúpula de Johannesburgo (2002) revelou a persistência das desigualdades e a falta de avanços concretos, reforçando a necessidade de considerar a inclusão social como parte fundamental da sustentabilidade.

Por fim, cabe apresentar a ecologia política. Esta defende que a análise das causas da degradação ambiental deve necessariamente considerar o contexto socioeconômico e político em que ocorrem. Segundo essa perspectiva, as mudanças ambientais não podem ser dissociadas das desigualdades sociais, sendo resultado de processos políticos e econômicos que afetam diferentes grupos de maneira desigual. A solução para os problemas ambientais, portanto, passa pela participação de diversos atores sociais, sugerindo que apenas abordagens que integram justiça social e ambiental podem ser eficazes a longo prazo.

A partir da década de 1980, outros autores recuperaram o termo “ecologia política” em trabalhos que contestaram a abordagem neomalthusiana da crise ambiental e a ênfase em medidas meramente técnicas para a resolução dos problemas ambientais. Fizeram críticas também à chamada ecologia cultural ou antropologia ecológica, em função de sua ênfase em modelagem de fluxos de energia e análise sistêmica, na explicação do relacionamento entre cultura e meio ambiente, negligenciando o fato de que os aspectos culturais das comunidades locais estão intrinsecamente relacionados com as estruturas sociais e políticas (Jatobá; Cidade e Vargas, 2009, p. 67).

Para Loureiro (2013) a ecologia política nasce no contexto das lutas sociais do século XX na Europa, certos movimentos e intelectuais começaram a questionar o modelo de desenvolvimento econômico ao perceber os limites nas relações que estabelecemos com a natureza. Eles constataram que a poluição crescente, o esgotamento dos recursos naturais e o aumento da pobreza estavam diretamente ligados ao sistema que acumula riquezas de forma desigual. Para esses grupos, ficou claro que o estilo de vida moderno e

confortável de uma minoria só é possível através da exploração de recursos naturais e da perpetuação de desigualdades sociais. A ecologia política expôs essa contradição: o bem-estar de poucos depende da miséria de muitos e do abuso ambiental, o que é eticamente inaceitável e insustentável. Em outras palavras, no modelo capitalista urbano-industrial, a riqueza de alguns só se sustenta à custa da pobreza de outros.

A ecologia política se refere, nada mais nada menos, do que ao estudo e o reconhecimento de que agentes sociais com diferentes e desiguais níveis de poder e interesses diversos demandam, na produção de suas existências, recursos naturais em um determinado contexto ecológico, disputando-os e compartilhando-os com outros agentes. E é nesse movimento dinâmico, contraditório e conflituoso, que uma organização social se estrutura e é estruturante das práticas cotidianas e é ou pode ser superada (Loureiro, 2013, p. 15).

Krenak (2018), propõe que a ecologia política, em uma perspectiva contra-hegemônica, visa reconstruir a relação entre os sujeitos coletivos (comunidades) e o ambiente compartilhado. A crítica está voltada para as estruturas de poder assimétricas que desmantelam essa relação, promovendo a individualização e exploração do meio ambiente e das formas de subsistência ecológica. Isso cria um sujeito explorador (“eu-saqueador” ou “eu-aniquilador”). O autor condena o individualismo que se distancia das relações ecológicas, levando à privatização e apropriação de projetos coletivos, em detrimento de um senso de existência compartilhada no planeta.

Esta rápida explanação, poderá colaborar na compreensão dos temas que seguirão neste capítulo, assim como o aprofundamento da análise das ideias de seus fundadores no próximo capítulo.

Para compreender a trajetória do Partido Verde no Brasil, é fundamental reconhecer todas estas visões acerca do movimento político ambientalista, com raízes na ecologia política, tanto no mundo, quanto em território brasileiro. No capítulo anterior, foi elaborado um pequeno panorama acerca dos grupos presentes no Brasil, na década de 70 e 80, mas neste capítulo, será realizado um aprofundamento em conhecer os grupos ambientalistas que iniciaram suas mobilizações no mundo todo, chegando até o Brasil o debate.

Nesta investigação, o conceito de movimentos sociais utilizado, foi o definido por Diani e Della Porta, em sua obra “Movimentos Sociais: Uma Introdução” (1999), onde apresentam quatro características fundamentais desses movimentos: primeiro, redes de integração informal, que consistem em grupos plurais onde ideias e recursos são

compartilhados; segundo, crenças compartilhadas e solidariedade, ou seja, a construção de um sentimento de pertencimento; terceiro, ações coletivas focadas em promover mudanças sociais e culturais; e quarto, o uso do protesto como forma de ação pública e política. Como se verá adiante, as primeiras mobilizações do PV, se formaram através de movimentos sociais, e até mesmo em suas primeiras campanhas políticas, se utilizaram de estratégias muito comuns destes movimentos.

Policarpo (2023, local. 03) analisa que os anos de 1970 a 1981, foram denominados de “A Fase Ambientalista”, que foi marcada momentos históricos, como por exemplo, em 1975 quando da Criação da Sociedade Brasileira de Defesa da Natureza (SOS Natureza), em 1976 houve a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), no ano de 1978 ocorreu a Conferência Nacional sobre o Meio Ambiente, e em 1981 a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Como se percebe, o debate ambientalista já estava em curso, contudo, a década de 1980 trouxe uma nova ênfase a esse debate, influenciado pelas transformações políticas decorrentes do fim da ditadura civil-militar. Durante esse período, a repressão política gerou um aumento do descontentamento público, catalisando diversas mobilizações sociais, como o movimento Diretas Já, que se destacou pela busca de eleições diretas para a presidência.

Antes mesmo do fim da ditadura, grupos como a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural, fundada em 1971 (Pádua, 1987), já promoviam campanhas em defesa do meio ambiente, demonstrando uma mobilização contínua apesar das restrições. O ápice das mobilizações ocorreu nos anos 1980, com protestos de grande visibilidade, como as campanhas pela proteção das baleias e as mobilizações contra a poluição em Cubatão (Santos, 2008).

Na prática, o que se percebe, é que mesmo com as restrições e com o autoritarismo da ditadura da época, ainda sim, diversos movimentos permaneceram no Brasil, e lutaram pelos seus ideais. é necessário validar esta “história dos que ficaram”, pois mesmo sob a repressão política, eram permitidas associações de moradores, grupos profissionais e organizações com fins assistenciais, e essa característica do governo possibilitou que a sociedade civil se organizasse e se manifestasse, desde que suas atividades fossem neutras em termos políticos, mesmo nos momentos mais rigorosos do regime (Santos, 2008).

Fugindo aqui, da maçante polarização entre esquerda e direita, o que se sabe é que quando o poder público impõe restrições à liberdades individuais e coletivas, principalmente contra a esquerda, o que se percebe, é que indivíduos e grupos que simpatizam ou até mesmo militam com este posicionamento ideológico, acabam por se agrupar em movimentos que possibilitam o sentimento de pertencimento e a manutenção e disseminação de seus ideais, e foi o que ocorreu no Brasil nas décadas de 60, 70 e 80.

Com a paulatina abertura política, e com as – ainda que lentas – concessões de liberdade conquistadas a duras penas pela população insatisfeita, até mesmo grupos conservadores passaram a se mobilizar em forma de protestos, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil, que utilizou o tema “redemocratização” como palavra de ordem da X Conferência Nacional dos Advogados, que aconteceu entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 1984, no Recife, presidida por Mário Sérgio Duarte Garcia (OAB, 2017). Instituição que durante muitos anos foi tida como conservadora. Além de outras instituições cristãs, como o Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB), ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana.

Em uma fonte audiovisual disponível na plataforma digital Youtube, no canal do Partido Verde, um vídeo institucional da sigla, relata que um novo capítulo na luta ambiental surgiu com o retorno de ex-exilados pela ditadura, como Fernando Gabeira, Carlos Minc e Alfredo Sirkis, que trouxeram novas ideias e experiências adquiridas em contatos com movimentos verdes, pacifistas e antinucleares na Europa. Esses militantes, imbuídos de carisma, passaram a circular pelo espaço público e a compartilhar suas visões, propiciando uma mobilização mais organizada e direcionada. Essa movimentação política efetiva se deu em um contexto de redemocratização e anistia, que permitiu a esses exilados, buscarem a organização do PV no Rio de Janeiro.

Ao retornarem ao país, os ex-exilados chegam sem um suporte das organizações partidárias, sindicais ou associativas. Diante disso, segundo Pádua (1987), paulatinamente adotaram três abordagens para se integrar ao movimento ambientalista: em primeiro ato, unir-se a associações já existentes, em seguida buscaram adentrar em partidos de oposição, sobretudo o PT, PMDB e o PDT, e por fim, buscaram fundar um partido próprio.

Inicialmente, buscavam fortalecer as associações ambientalistas no Rio de Janeiro, mas lá não encontraram grupos estruturados como os de São Paulo e Rio Grande do Sul. No Rio, predominava a FBCN, cuja ligação com o regime militar e foco exclusivo no

conservacionismo distanciava os recém retornados, eram “uma elite de naturalistas” (Rabóczkay, 2004, p.51).

Simultaneamente, buscou-se integrar partidos de esquerda, embora houvesse muitas divergências entre suas ideias. Gabeira (1987), relata que havia se distanciado do terreno da luta especificamente marxista, pois segundo na visão dele, o marxismo foi incapaz de impulsionar um movimento social capaz de criticar o patriarcado, e em especial, a defesa dos direitos das mulheres. Para o jornalista, a visão de Marx sobre a natureza, seria algo que deveria ser dominado, e por razões fora de Marx, esta ideia teria passado para a relação homem-mulher, subjugando-as à procriação. Em sua obra “Entradas e Bandeiras”, Gabeira (1981) narra sua volta ao Brasil e seu abandono da ideologia marxista, passando a lutar por questões como ecologia, prazer e liberdade sexual.

Não se busca aqui definir se a visão de Gabeira em relação à esquerda está correta, mas o que se percebe com esta afirmação, é que neste momento, os ideais do grupo estavam pautados numa nova forma de pensar a política.

O PV surgiu “espetando” a esquerda e a direita. Para a esquerda, o PV questionava a luta de classes, o centralismo democrático e as pautas que não tratavam da homossexualidade, do enfrentamento às drogas, da causa animal, das questões raciais e de gênero. O PV era o novo, a vanguarda. E essa vanguarda questionava os esquerdistas brasileiros. Para a direita, o PV batia forte no modelo econômico que destrói os recursos naturais para gerar concentração de riqueza. Questionava veementemente a concentração de poder em Brasília, o modelo político e a democracia brasileira. (Lima, 2023, local. 01).

Gabeira relata que ao chegar aqui e perceber o desmatamento em larga escala no sul da Bahia, compreendia que era necessário discutir a “ordem social e a noção de progresso” desenvolvida no Brasil até aquele momento (Pádua *et al*, 1987, p. 180), e isso seria possível através da Constituinte, seria necessário organizar um grupo que influenciaria os constituintes, ou que fizessem parte da elaboração da constituição.

O grupo que retornou do exílio foi assim, o principal defensor da ideia de institucionalizar o movimento ambiental por meio de um partido político. Segundo Santos (2008), essa proposta encontrou resistência entre alguns ambientalistas da época, que preferiam atuar por meio de partidos já existentes, buscando influenciar seus programas e estatutos para incorporar a causa verde. Outros, por sua vez, se opunham totalmente à institucionalização, preferindo a mobilização social por meio de protestos e ações coordenadas para influenciar a opinião pública e, conseqüentemente, os agentes políticos.

Percebe-se aqui um embate entre as perspectivas mencionadas no capítulo anterior, onde o ambientalismo moderado ecoava no pensamento de muitos ambientalistas da época, também a ecologia radical ainda possuía adeptos, e algumas visões da ecologia política já apareciam nas percepções dos agentes envolvidos no contexto.

Essa diversidade de intenções e estratégias pode ser vista sob diferentes ângulos. Como já exposto, mesmo durante a repressão, havia grupos engajados em ações pela causa ambiental, o que indica a intenção em manter suas formas de luta e atuação. Além disso, a chegada de jovens exilados com novas ideias poderia gerar conflitos com os militantes que permaneceram e mantiveram suas organizações ativas durante o regime. Outro ponto a considerar é que, sob a ditadura, o Brasil viveu sob um sistema político marcado pela “escassez de partidos”, com um modelo bipartidário que ressoava em algumas vozes, reforçando a ideia de trabalhar dentro das estruturas existentes.

Segundo Santos (2008), estes ex-exilados passaram a construir parcerias com políticos da época, porém houve uma diferenciação de tratamento com o movimento ambientalista nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Enquanto no Rio, Brizola ao assumir o governo, não deu ênfase à questão ambiental em suas políticas, sem abrir espaço para ambientalistas nas agências estatais, em São Paulo, o governo Montoro incorporava ativistas ambientalistas em novas esferas institucionais. Diante disso, uma alternativa residual para o grupo, que inicialmente buscava influenciar a agenda ambiental por meio de outros partidos, seria a criação de uma sigla própria.

Ainda em 1982, alguns ecologistas decidiram entrar na arena política por meio dos partidos existentes, obtendo sucesso. Liszt Vieira foi eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, Walter Lazzarini se tornou deputado estadual em São Paulo pelo PMDB, e Caio Lustoza foi eleito vereador em Porto Alegre, também pelo PMDB (Pádua *et al*, 1987). Apesar de alguns ambientalistas conseguirem cargos, a causa ambiental muitas vezes ficava em segundo plano em suas atuações.

Seguindo a ideia da implementação da causa verde em vários partidos, em novembro de 1985, foi criada a Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte, visando garantir que uma visão ecológica estivesse presente na nova Constituição. Essa coordenadoria contava com a participação de representantes de seis estados: Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No próximo tópico deste trabalho, será melhor detalhado esta movimentação.

A análise da obra de Pádua *et al* (1987) revelam que outros fatores contribuíram para os conflitos de interesse entre os ambientalistas, mas uma análise individualizada seria complexa, dado o número de grupos e suas diversas motivações.

Assim, a visão que prevaleceu, especialmente no Rio de Janeiro, foi a de institucionalizar a causa verde, culminando na criação do Partido Verde. Essa multiplicidade de intenções gerou, no PV, uma característica de ação baseada em variadas formas. Em um programa audiovisual de 1991, o vereador de São Paulo Roberto Tripoli enfatizou que “[...] a degradação das cidades não se devia à falta de leis, mas à ausência de pressão popular [...]”, refletindo a dualidade entre a necessidade da burocratização e a utilização da mobilização social em suas ações, que permeou o discurso do partido durante longos anos.

Em janeiro de 1986, o Partido Verde foi formalmente criado (iniciado o processo de registro junto ao TSE). Neste ponto, muitos dos que ainda preferiam atuar nos partidos existentes percebiam a dificuldade em “esverdear” estes, mas ainda sim, consideravam a criação de uma nova sigla prematura. Em meio ao cenário eleitoral daquele ano, o PV não conseguiu seu registro junto ao TSE a tempo de concorrer às eleições, levando Fernando Gabeira a se candidatar pelo Partido dos Trabalhadores ao governo do estado do Rio de Janeiro (Rabóczkay, 2004). Embora não tenha sido eleito, Gabeira conduziu uma campanha inovadora que trouxe visibilidade à causa ambiental.

Mesmo antes da legalização, o Partido Verde já participou nas eleições de novembro de 1986 no Rio de Janeiro, numa coligação informal com o PT: O PV saiu com um candidato a governador (Gabeira), um a deputado constituinte (Liszt Vieira) e dois a deputado estadual (Carlos Minc, Herbert Daniel). Da campanha, que ganhou as ruas e a atenção da mídia, participaram ecologistas, feministas, anti-racistas, defensores dos direitos civis dos homossexuais e da mudança da legislação no que se refere à questão das drogas. Destacaram-se, como pontos altos da campanha, a demonstração "Fala Mulher", com a participação, aproximadamente, de oitenta mil pessoas e o "Abraço à Lagoa" Rodrigo de Freitas, com cem mil pessoas (Rabóczkay, 2004, p. 54.).

À medida que o PV buscava sua legalização, surgiram problemas internos relacionados às exigências burocráticas que acompanhavam a formalização, e enquanto isso, a causa ambiental foi ganhando notoriedade nacional através de várias ações de grupos, e do próprio Estado.

Houveram acontecimentos marcantes do período de 1985 até 1993, em relação ao PV e a causa ambiental no Brasil, na qual pode-se destacar alguns momentos bastante

significativos. Em 1985, a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada no dia 28 de junho, marcando o início de um processo político que daria forma a uma nova Constituição para o país, na qual trataremos mais profundamente no próximo tópico. Pouco depois, em 24 de julho, foi sancionada a Lei dos Interesses Difusos e Coletivos, um importante avanço jurídico que estabeleceu a proteção dos direitos relacionados ao meio ambiente, patrimônio cultural e outros bens de interesse comum.

No dia 1º de fevereiro de 1987, a ANC finalmente teve início, reunindo representantes políticos e da sociedade civil para discutir temas de relevância nacional. Nesse mesmo ano, a ong SOS Mata Atlântica começou a atuar, em 1º de novembro, com o objetivo de proteger o bioma da Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do país. Em 11 de dezembro, foi publicado o Relatório Brundtland, que cunhou o termo “desenvolvimento sustentável” e propôs um novo modelo de crescimento econômico, voltado para a preservação ambiental. Logo após, em 18 de dezembro de 1987, o Brasil proibiu a caça às baleias, um marco na proteção da fauna marinha (Políticas para o meio ambiente, 2018, local. 17).

O registro provisório do Partido Verde foi obtido em março de 1988, permitindo ao partido participar das eleições municipais daquele ano. O PV lançou um número limitado de candidatos para concentrar votos e facilitar a eleição, formando listas comuns com pequenos partidos para aproveitar o sistema proporcional. Alfredo Sirkis foi eleito vereador no Rio de Janeiro com um número expressivo de votos individuais, e outras cidades também elegeram representantes do PV (Rabóczkay, 2004).

O ano de 1988 trouxe descobertas importantes para a agenda ambiental. No dia 7 de agosto, cientistas relataram que o desmatamento da Amazônia estava diretamente relacionado à emissão de gás carbônico e ao aquecimento global, reforçando a necessidade de políticas ambientais mais rígidas. Em 5 de outubro, a nova Constituição foi promulgada, consagrando a proteção do meio ambiente como dever do Estado e dos cidadãos, consolidando um marco jurídico fundamental para a política ambiental no país.

Ainda em 1988, no dia 11 de novembro, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC na sigla em inglês), cujo objetivo era estudar as mudanças climáticas globais e orientar a criação de políticas públicas para mitigar os impactos do aquecimento global. No entanto, o ano terminou com um grande impacto para o movimento ambientalista brasileiro, com o assassinato do líder Chico Mendes, em 22

de dezembro, o já mencionado aqui, símbolo da luta pela preservação da Amazônia e dos direitos dos povos da floresta.

Em 1989, o Brasil deu importantes passos institucionais. Em 22 de fevereiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente foram oficialmente criados, inaugurando uma nova fase de gestão ambiental no país. No campo legislativo, várias leis foram implementadas: a Lei dos Agrotóxicos, em 11 de julho, estabeleceu normas para o uso de defensivos agrícolas; o Código Florestal foi alterado em 18 de julho, visando aumentar a proteção das áreas verdes; e, na mesma data, a Lei da Exploração Mineral trouxe restrições ambientais para a atividade mineradora, garantindo maior controle sobre os impactos dessas atividades no meio ambiente.

Durante as eleições presidenciais de 1989, o PV enfrentou intensas discussões internas. Inicialmente, a maioria dos membros apoiou uma coalizão com partidos menores da esquerda para apoiar Luís Inácio da Silva, com Gabeira como candidato a vice-presidente. Entretanto, a candidatura de Gabeira foi vetada, levando o PV a considerar a possibilidade de lançar um candidato próprio no primeiro turno, escolhendo Gabeira, que, no entanto, obteve menos de 1% dos votos úteis e passou a apoiar o candidato do PT no segundo turno.

Ainda em 1989, o PV enfrentou uma dissidência interna liderada por Júlio César Monteiro, membro da Executiva do partido. O racha ocorreu devido a descontentamentos com a considerada, “precipitada aliança com o PT” e a forma autoritária de gestão da Executiva, resultando na expulsão de Júlio e seus seguidores, que fundaram a associação Os Verdes, que existe até hoje como uma organização não governamental. Essa situação ilustra os conflitos enfrentados pelos fundadores da sigla.

Em 1990, o TSE negou a renovação do registro provisório do PV, um revés significativo que destacou a necessidade de um foco mais intenso na consolidação burocrática do partido. Nos três anos seguintes, esta foi a busca da sigla, fortalecendo o partido através de mobilização coletiva. Em 1992, durante a Rio-92, o PV organizou o Primeiro Encontro Planetário dos Verdes, que reuniu representantes de movimentos ambientalistas de todo o mundo, sendo um marco para a troca de ideias e experiências. Por fim, em 30 de setembro de 1993, o TSE decidiu, por votação unânime, pelo registro oficial do Partido Verde, formalizando sua existência política com estatuto, programa, número de legenda, símbolos e diretoria.

## 2.2 Meio ambiente na Constituinte

No site da Fundação Fernando Henrique Cardoso, há um artigo intitulado “Políticas para o meio ambiente: o movimento ambientalista e as principais decisões desde a redemocratização”. Este artigo é estruturado em formato de linha do tempo, apresentando as políticas implementadas por movimentos sociais e agentes do Estado em relação à preservação e conservação ambiental no Brasil ao longo dos anos. No que diz respeito à Assembleia Constituinte de 1988, o autor do artigo destaca que houve uma crescente preocupação com a proteção do meio ambiente, refletida em tópicos da nova Constituição que evidenciam esse compromisso com a natureza.

Ainda no referido site, está destacado que durante o governo de José Sarney (1985-1990), foram criadas duas importantes estruturas voltadas à proteção ambiental: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela gestão da política ambiental, e o Fundo Nacional do Meio Ambiente, destinado ao financiamento de projetos socioambientais. Outro marco foi o desenvolvimento do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que utilizava monitoramento por satélite para fiscalizar o desmatamento. E no cenário internacional, em 1988, foi estabelecido o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), cuja missão era estudar a relação entre a acumulação de gases de efeito estufa e as mudanças climáticas globais. O primeiro relatório do IPCC, publicado em 1990, destacou o impacto significativo dessas emissões no aquecimento global. Todas estas movimentações nacionais e globais, influenciariam a nova Constituição da República Federativa do Brasil.

Pode-se dizer que, apesar de ainda estar em processo de consolidação popular no Brasil, o movimento ambientalista teve um papel ativo na Assembleia Nacional Constituinte, deixando sua marca na Constituição de 1988, que foi a primeira do país a reconhecer a proteção do meio ambiente como uma obrigação do Estado. Essa proteção foi considerada um direito, tornando-se parte integrante das ações do Ministério Público. Com a promulgação da nova Constituição, esse órgão adquiriu autonomia para defender os direitos da sociedade em relação ao meio ambiente (Políticas para o meio ambiente, 2018, local. 17).

A convocação da Assembleia Constituinte de 1988 ocorreu em um contexto de transição democrática no Brasil, marcado por uma pluralidade de propostas e estratégias

de atuação política. Essa multiplicidade de intenções se refletiu de maneira clara nas mobilizações para a construção da nova Constituição Federal, especialmente no campo ambiental. Diversas coalizões de grupos ambientalistas surgiram durante esse período, cada uma adotando diferentes formas de atuação para garantir que a questão ambiental fosse incluída no novo ordenamento jurídico do país.

Muitos ativistas ambientais, que antes se organizavam em grupos de protesto, começaram a profissionalizar suas ações. Essa mudança foi motivada pela necessidade de se adaptar a um novo cenário político e institucional. Conforme apontado por Alonso, Costa e Maciel (2007), associações especializadas, como a SOS Mata Atlântica, fundada em 1986, tornaram-se exemplos dessa transformação. A SOS Mata Atlântica, em particular, reunia ativistas de grupos anteriores, como a Associação Paulista de Proteção Natural e a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, juntamente com grupos empresariais. Essas associações conservacionistas optaram por apoiar candidatos de diferentes partidos que adotassem pautas ambientais, ou limitar sua atuação política ao lobby em favor de propostas verdes.

Simultaneamente, outros grupos ambientais que surgiram nas décadas anteriores, como o Movimento Arte e Pensamento Ecológico, fundado em 1973 por artistas plásticos, escritores e jornalistas envolvidos com movimentos contraculturais em São Paulo, e a Seiva de Ecologia, fundada em 1980, seguiram uma estratégia distinta. Esses grupos preferiram atuar exclusivamente no âmbito da sociedade civil, lançando candidaturas independentes de ativistas ou simpatizantes do movimento ambiental, sem vínculos partidários. O MAPE e a Seiva de Ecologia, por exemplo, buscaram manter a autonomia de suas pautas ao não se comprometerem com partidos políticos estabelecidos (Alonso, Costa e Maciel, 2007). Outra abordagem adotada por grupos ambientalistas foi o apoio a candidaturas em partidos de esquerda. A Oikos, um grupo dissidente da APPN, exemplificou essa estratégia ao investir em candidaturas dentro de partidos de esquerda já consolidados.

No entanto, a quarta via, até então inédita no Brasil, foi a ideia de criar um partido político exclusivamente dedicado à representação dos interesses ambientais, o PV. Após várias tentativas de mobilização e enfrentamentos internos, como os embates com a Agapan, o grupo de ex-exilados do Rio de Janeiro, juntamente com facções do MAPE e outros grupos do ABC paulista e de Santa Catarina, começou a articular a formação de um Coletivo Verde, e talvez um Partido Verde (Santos *apud* Zhouri, 2007). No entanto, apesar

das discussões, como já foi descrito anteriormente, a criação desse partido não foi concretizada a tempo para a participação nas eleições para a Constituinte.

Diante desse impasse, a solução encontrada foi a formação das chamadas “Listas Verdes”, onde candidatos filiados a diversos partidos, mas comprometidos com a causa ambiental, assinaram uma lista em que se comprometeram a dar voz às demandas dos grupos ambientalistas durante a elaboração da nova Constituição. Entre os candidatos, apenas Fábio Feldmann, filiado ao PMDB de São Paulo, foi eleito por meio dessa iniciativa.

Fábio Feldmann, natural de São Paulo e membro fundador da SOS Mata Atlântica, era advogado e administrador de formação. Sua entrada na política ocorreu justamente por meio da Assembleia Constituinte, sendo eleito deputado pelo PMDB paulista. Posteriormente, em 1988, Feldmann filiou-se ao recém-criado PSDB e, anos depois, em 2005, ao Partido Verde. Durante sua carreira política, foi reeleito deputado federal por três mandatos consecutivos e também atuou como secretário do meio ambiente do estado de São Paulo.

A atuação de Fábio Feldmann na Assembleia Constituinte foi decisiva para a inclusão da pauta ambiental no texto da nova Constituição. Analisando os Diários da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, percebe-se que a mobilização ativa do deputado resultou na criação de uma subcomissão voltada para questões ambientais. Essa subcomissão foi formada no âmbito da Comissão de Ordem Social, recebendo o nome de Subcomissão de Saúde, Segurança Social e Meio Ambiente (Diários da Assembleia Nacional Constituinte - Ano I - Nº 01 a 23, pág. 550). Feldmann assumiu a posição de 1º Vice-Presidente, ao lado de José Elias Muréld, presidente, e Maria de Lourdes Abadia, 2ª Vice-Presidente.

A Subcomissão de Saúde, Segurança Social e Meio Ambiente desempenhou um papel central na formulação do Capítulo VI da Constituição de 1988, que trata do Meio Ambiente. Considerado um dos capítulos mais avançados no mundo em termos de proteção ambiental, o Capítulo VI estabelece, entre outros princípios, a preservação dos recursos naturais, o direito à qualidade de vida e a responsabilidade do poder público e da sociedade civil em garantir a sustentabilidade ambiental. A subcomissão realizou diversas visitas técnicas a áreas de preservação ambiental e regiões degradadas, o que contribuiu para embasar as propostas que foram incorporadas ao texto constitucional.

Sob liderança de Feldman, surgiu a Frente Nacional de Ação Ecológica, bloco parlamentar de apoio às propostas ambientalistas, repetindo a estratégia pragmática da Lista Verde. A estratégia da Frente foi estimular a pressão direta das associações ambientalistas sobre os parlamentares, promovendo visitas a projetos de preservação e manejo ambiental. Assim, conseguiu apoio para assegurar os pontos conservacionistas do capítulo sobre meio ambiente na Constituição de 1988 (Alonso; Costa e Maciel, 2007, p. 162).

Em suma, a mobilização ambiental durante a Constituinte de 1988 foi marcada por uma variedade de estratégias e formas de atuação. Embora não tenha sido possível a criação de um partido ambientalista para as eleições constituintes, a articulação de candidaturas independentes e as “Listas Verdes” permitiram que, por meio de Fábio Feldmann e outros atores, a questão ambiental fosse incluída de maneira significativa na nova Constituição brasileira. O legado desse processo é visível até os dias de hoje, com o Capítulo VI sendo um marco jurídico importante para a preservação ambiental no Brasil.

No dia 15 de maio de 1987, durante a 66ª Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado pronunciou quais eram alguns dos itens que deveriam ser impressos no capítulo que posteriormente seria votado e aprovado, onde em parte de seu pronunciamento, relata

O propósito do anteprojeto do capítulo "Do Meio Ambiente" da futura Constituição, é dar um basta ao suicídio coletivo (ou ao genocídio dos novos brasileiros?), ao envenenamento e a eliminação dos suprimentos vitais de ar, água, alimentos e dos bancos genéticos, que ainda hoje nos garantem a condição de maior detentor mundial de diversidade biológica – ou seja, de riquezas incalculáveis do ponto de vista biotecnológico, quer seja para a criação de remédios, quer para a perpetuação de estoques ou tesouros zoológico-botânicos nacionais (Diários da Assembleia Nacional Constituinte - Ano I - Nº 54 a 69, pág 367).

Durante as reuniões da Assembleia Constituinte de 1988, os discursos proferidos pelos parlamentares revelam a intensa atuação da subcomissão responsável pelos temas ambientais e destacam o papel de Fábio Feldmann, que se tornou uma figura central nesse processo. Parlamentares como Beth Azize, do PSB-AM, e Paulo Macarini, do PMDB-SC, expressaram publicamente seu reconhecimento ao trabalho de Feldmann, destacando seu “espírito jovem” e ativo. Esses elogios demonstravam como o constituinte paulista conseguia mobilizar diversos outros parlamentares em torno da causa ambiental, tornando essa questão uma pauta relevante nas discussões sobre a nova carta magna.

A movimentação de Feldmann não se limitava apenas à atuação formal nas reuniões da subcomissão. Seu dinamismo foi crucial para garantir que as pautas

ambientais recebessem atenção dentro de um cenário político marcado por disputas entre diferentes interesses. Sua capacidade de articulação e liderança na subcomissão evidenciava o compromisso em integrar a preservação ambiental à nova Constituição. Essa articulação não apenas lhe rendeu reconhecimento entre seus pares, mas também assegurou que a temática ambiental fosse amplamente discutida e, eventualmente, incluída de forma robusta no texto constitucional.

Paralelamente à atuação de Feldmann, a sociedade civil também desempenhou um papel importante na introdução de pautas ambientais na Constituição de 1988. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2008), os movimentos sociais puderam participar do processo constituinte por meio de “Iniciativas Populares”. Esse mecanismo permitia que, com a coleta de 30 mil assinaturas, uma emenda fosse encaminhada diretamente à Assembleia Constituinte, sem a necessidade de intermediação por parte de um deputado. Esse instrumento de participação direta tornou-se uma importante ferramenta de ação para diversos setores da sociedade civil, incluindo os ambientalistas.

Das 83 iniciativas populares que foram aceitas durante a Constituinte, três foram elaboradas por movimentos ambientalistas. Essas iniciativas refletem o engajamento dos grupos de proteção ao meio ambiente, que conseguiram articular propostas concretas e mobilizar a sociedade para garantir que suas demandas fossem ouvidas. A introdução dessas emendas foi um exemplo claro de como o movimento ambientalista utilizou tanto estratégias internas, como a atuação de parlamentares aliados, quanto externas, como a mobilização popular, para influenciar o conteúdo da Constituição Federal.

A combinação da ação estruturada de Fábio Feldmann nas reuniões da subcomissão e a pressão exercida pelas iniciativas populares enviadas pelos ambientalistas resultou na inclusão de dispositivos avançados sobre a proteção ambiental no texto da Constituição de 1988. Esse processo, marcado pela colaboração entre sociedade civil e representantes eleitos, culminou na elaboração de um dos capítulos mais completos sobre meio ambiente em legislações constitucionais ao redor do mundo.

### **2.3 ECO-92 e a virada do jogo ambiental**

Em 1972, a ONU realizou a Conferência de Estocolmo, reunindo líderes de 113 países e membros de 400 ONGs, marcando um ponto crucial na conscientização sobre a finitude dos recursos naturais e a necessidade de desenvolvimento sustentável. Marcada

pela retórica e pelo confronto entre dois grupos claramente opostos, teve representantes dos países desenvolvidos, ainda que de maneira velada devido à contradição da própria proposta, defendiam o conceito de crescimento zero. Em contraste, os representantes dos países em desenvolvimento, incluindo uma ativa delegação brasileira alinhada ao projeto hegemônico-militar do período "Brasil Potência", ressaltaram a necessidade de desenvolvimento, dando prioridade ao progresso econômico (Oliveira, 2011).

Esta foi a primeira grande reunião mundial para discutir a relação entre o homem e o meio ambiente, e ocorreu em um contexto de preocupações crescentes com a degradação ambiental, especialmente no norte global, que percebiam as consequências da industrialização descontrolada desde a década de 1950. Eventos como secas, ondas de calor e poluição ambiental evidenciaram a necessidade de debate (Ribeiro; Silva, 2019).

Os países em desenvolvimento se opunham ao debate, eis que suas economias baseavam-se praticamente em fontes industriais, altamente danosas ao meio ambiente, enquanto os países desenvolvidos não resistiam ao debate. Assim, a conferência ficou marcada por calorosas discussões, principalmente entre aqueles que pugnavam pelo desenvolvimento a qualquer custo, como no caso dos países em desenvolvimento, e aqueles que queriam o desenvolvimento completamente paralisado, com o fito de que a natureza se recuperasse, tese essa defendida ferrenhamente pelos países desenvolvidos (Ribeiro; Silva, p. 121, 2019).

Após a Conferência de Estocolmo, as questões ambientais ganharam uma dimensão política mais ampla, transcendendo fronteiras institucionais e barreiras econômicas. A partir desse momento, o debate sobre sustentabilidade passou a integrar agendas governamentais e internacionais, evidenciando a necessidade de transformar o discurso em ações concretas. No entanto, o desafio de implementar de forma efetiva as diretrizes de sustentabilidade levou a uma abordagem mais conciliatória, com o objetivo de superar as resistências encontradas, especialmente nas políticas de desenvolvimento econômico. Esse processo reflete uma visão neoliberal, na busca por um equilíbrio entre a preservação ambiental e o crescimento econômico, tornando a sustentabilidade um tema central nas discussões políticas e globais (Jatobá; Cidade e Vargas, 2009, p. 55).

Após esta conferência, ficou evidente a necessidade de a ONU organizar um evento que focasse seus esforços nas questões ambientais e no desenvolvimento. Surge assim a ideia da ECO-92. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 ou Rio-92, ou ainda Cúpula da Terra, "foi realizada entre 03 e 14 de junho de 1992, e foi onde ocorreram os acordos e as pactuações

acerca do ideário de Desenvolvimento Sustentável em caráter global, com a adoção da Agenda 21” (Oliveira, 2011, pg. 92).

A Agenda 21, considerada o mais importante documento produzido pela Conferência do Rio trabalha em favor não só da legitimação da hegemonia do modelo de desenvolvimento dominante, como na inserção da problemática ambiental na lógica do livre mercado, lógica essa que, desde o início da década de 1980, sustenta e justifica a expansão do novo regime de acumulação (Machado, 2005, p. 252).

Na ECO-92, temas cruciais como as mudanças climáticas foram amplamente discutidos, e os membros presentes perceberam a complexidade das implicações envolvidas, incluindo incertezas científicas e desafios econômicos e sociais. A falta de consenso sobre as causas e a intensidade das mudanças climáticas gerou hesitação na adoção de políticas para reduzir o uso de combustíveis fósseis, especialmente em países exportadores, onde tais medidas poderiam impactar gravemente as receitas cambiais e o desenvolvimento econômico. Essas discussões evidenciaram a necessidade de uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos científicos quanto os impactos socioeconômicos, buscando promover um desenvolvimento sustentável que leve em conta essas variáveis globais.

Boa parte dos cientistas entende que, talvez, o principal mérito dessa convenção assinada no Rio de Janeiro tenha sido o de "conscientizar o mundo" para a importância da questão. Seja a importância para a preservação de ecossistemas, seja porque dessa preservação dependerá o futuro, já que das espécies ainda desconhecidas (só foram descritos de 1,2 a 1,4 milhão dos 10 milhões de espécies que se estima existirem) virão os futuros materiais, medicamentos e alimentos (Novaes, 1992, p. 86).

Contando com a participação de líderes políticos de 178 países, estabelecendo um recorde de participação até então, a conferência também reuniu aproximadamente 1.400 organizações não governamentais de diversas nacionalidades, representando uma ampla gama de interesses da sociedade civil. Destaca-se a presença de organizações internacionais e intergovernamentais, além de agências especializadas em diversos setores, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e comissões regionais.

Em análise generalista, esta conferência foi exitosa em suas pretensões. Ela resultou na adoção da Agenda 21, um plano de ação abrangente para o desenvolvimento sustentável em níveis global, nacional e local. Importantes convenções internacionais foram estabelecidas, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). A ECO-92

consolidou o princípio da precaução e promoveu o conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizando a integração entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabeleceu 27 princípios orientadores para o desenvolvimento sustentável.

Apesar desses avanços, a implementação das decisões tomadas na ECO-92 enfrentou desafios significativos. Muitos países tiveram dificuldades em cumprir os compromissos devido às limitações econômicas, políticas e sociais. A conferência foi bem-sucedida em estabelecer um quadro de ações e princípios, mas a tradução dessas intenções em ações concretas e eficazes variou amplamente entre as nações.

Neste evento, foi a primeira vez que a sociedade civil, através de organizações não governamentais, conseguiu promover uma articulação mais ampla entre entidades ecologistas nacionais e internacionais (Jacobi, 2003), e essa intensa participação das ONGs na Rio-92 exerceu pressão significativa, o que resultou na inclusão de vários temas importantes na pauta de negociações. Embora as múltiplas organizações ligadas ao tema ambiental, como de praxe estivessem divididas em suas formas de atuação, neste período puderam em conjunto com outras organizações globais similares, colaborar na formulação dos documentos da conferência, assim como na elaboração das estratégias que foram estipuladas, o que provocou um evento em cadeia, nas buscas de alterações institucionais e legislativas no mundo todo, em relação à causa ambiental.

## **2.4 O que dizem alguns dos fundadores sobre a história do PV?**

Para elaboração deste tópico do trabalho, foi realizada uma análise das entrevistas concedidas por Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, membros fundadores do Partido Verde, e que se encontram disponíveis ao público no Youtube. Buscou-se examinar as perspectivas, ideias e motivações dos fundadores, lançando luz sobre o contexto histórico e político que envolveu a criação do partido.

A escolha em analisar entrevistas em formato audiovisual, uma modalidade que inclui elementos visuais e sonoros, é respaldada pela relevância de abordagens multissensoriais em pesquisas científicas. Essa abordagem oferece uma riqueza de informações que não seria completamente capturada por meio de análises puramente textuais. Ao incorporar elementos audiovisuais, espera-se uma contextualização mais rica das nuances e emoções presentes nas entrevistas, contribuindo para uma compreensão

mais abrangente das perspectivas individuais dos fundadores do PV. A importância dessa abordagem reside na capacidade de enriquecer a narrativa histórica, proporcionando uma experiência mais envolvente e significativa para os leitores e pesquisadores.

No documentário “Ruas Rebeldes”, em uma entrevista, Alfredo Sirkis aborda temas relacionados às revoltas de 1968, as quais foram eventos de contestação ao regime autoritário da época, e de busca por transformações sociais. Revelando suas ações juntos a grupos revolucionários, e mencionando que à época, já havia trocado o quadro do “John Kennedy pelo quadro do Che Guevara” o que revela seu alinhamento com posições políticas de esquerda, em oposição aos governos autoritários da época no Brasil. Sirkis ainda relata que os movimentos na qual ele participava, não buscavam uma nova forma de governo democrática, mas sim, o que eles queriam “era a imposição de uma ditadura revolucionária, aos moldes da Cubana”. O posicionamento político de Sirkis o levou a ser exilado por oito anos na França, Portugal, Chile e Argentina. Ao retornar para o Brasil, traz consigo uma nova forma de pensar a política e isso refletiu em suas ações quando da fundação do PV juntamente com seus companheiros.

Era natural que dessa nova situação da humanidade, no limiar do terceiro milênio, se gestasse um pensamento novo, diferente das correntes dos séculos XVIII e XIX que continuam a dominar o pensamento dos partidos políticos (liberalismo, social-democracia, comunismo, democracia cristã, etc..) e que buscasse respostas novas. Esse pensamento é a ecologia política ou ecológica, como preferem alguns. Diferentemente do marxismo, ela surge sem grandes gênios do pensamento, como Marx e Engels, capazes de criar um edifício teórico completo, sem uma grande obra de referência que possa em algum momento ser um sucedâneo de *O Capital* ou da Bíblia. Mesmo porque na era em que vivemos é muito difícil um grande pensador capaz de passar boa parte da vida nas bibliotecas criando uma obra tão abrangente como a de Marx com relação ao seu mundo do século XIX. Por outro lado, o mundo audiovisual que vivemos possibilita uma difusão rápida e instantânea de ideias, lutas e sentimentos, de um canto para outro do mundo. Os profetas da nova era são os artistas que, através de sua expressão, conseguem chegar mais e melhor nos corações e mentes de pessoas sensíveis e jovens de todas as idades, em todo mundo, se tornando os agitadores de novas formas de pensar e viver. A sua mensagem tem uma força infinitamente maior do que a da mensagem ideológica de um tabloide militante impregnado de racionalidade. Os artistas-profetas são capazes de criar um vínculo com o emocional, falar diretamente aos sonhos das pessoas (Sirkis, p. 61, 1987).

Embora Sirkis tenha experimentado este período de “rebeldia”, ao seu retorno, ao fundar o PV, se baseou na ecológica, uma nova visão acerca da forma em que a sociedade deveria caminhar. Posteriormente, quando da sua assunção em cargos públicos,

Sirkis passou a atuar no espectro político mais próximo da centro-esquerda, com foco em ambientalismo, democracia, e direitos civis. De fato, os anos no exílio haviam modificado algumas das aspirações deste membro fundador.

Ainda se utilizando de fontes audiovisuais disponíveis de forma online, no documentário “Partido Verde: Fernando Gabeira fala sobre a história do PV”, disponível no YouTube, Fernando Gabeira faz um breve relato da história do Partido Verde, e seus apontamentos revelam que suas visões estavam muito próximas das já apontadas transformações vivenciadas por Alfredo Sirkis. Gabeira justifica que não é possível abordar toda a trajetória do PV por ser longa e complexa, corroborando o que foi mencionado neste trabalho, sobre a criação de partidos verdes ao redor do mundo antes da oficialização no Brasil. Gabeira relata que o PV foi criado em 1986, ano em que se candidatou ao governo do Rio de Janeiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores, já que o PV ainda não era formalizado, mas já havia coligação informal nas ruas e materiais de campanha.

O jornalista explica que o PV surgiu com um “forte sotaque europeu”, criado por ex-exilados que retornaram da Europa, como ele, Alfredo Sirkis e Carlos Minc. Havia uma discussão entre criar um partido verde ou um movimento verde, já que muitos acreditavam que os partidos políticos estavam desgastados. No entanto, eles e outros intelectuais optaram pela criação do partido, pois acreditavam que precisavam intervir nas instituições. Para ele, as ideias do partido não se restringiam apenas ao meio ambiente, mas também incluíam propostas para fortalecer a esquerda, que, segundo eles, estava presa à luta de classes, focada apenas no confronto entre trabalhadores e burgueses. Os fundadores do PV acreditavam que essa abordagem estava esgotada e que novos atores, como mulheres, negros, gays e outras minorias, poderiam ser incorporados às lutas.

Relata ainda que os fundadores do PV criam que as lutas da esquerda, “já estavam se esgotando”, por estar muito focado na questão entre trabalhadores e burgueses. Além disso, tinham com o já mencionado sotaque europeu, um grande foco na questão nuclear. O movimento ecológico na Europa se baseava muito na luta contra os armamentos nucleares e a energia nuclear. O Brasil, por sua vez, não possuía armas nucleares – e até hoje não possui – mas já havia uma usina nuclear construída em condições que consideravam precárias, o que precisava ser denunciado. Assim, iniciaram a denúncia da construção dessa usina, criando um movimento chamado 'Hiroshima Nunca Mais'. Para Gabeira, hoje, talvez fosse mais adequado dizer 'Fukushima Nunca Mais', pois não teria

correlação com a explosão da bomba lançada sobre Hiroshima, mas acreditavam que a usina poderia representar enormes riscos de contaminação da água e do ar para a população.

Outro aspecto apresentado pelo entrevistado no documentário, é que os verdes defendiam também os direitos das mulheres, e foi nesse contexto que a campanha de 1986 se desenvolveu. Com a associação ao PT, o Partido Verde conseguiu trazer para o cenário político debates até então esquecidos, como a manifestação 'Fala Mulher', que reuniu mais de duas mil mulheres no centro do Rio de Janeiro, lutando pelos seus direitos. Fizeram também uma grande manifestação na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde (segundo o entrevistado) 80 mil pessoas cercaram a lagoa em prol da preservação ambiental. esta campanha foi um marco na forma de realização de eventos públicos, ganhando uma característica lúdica, outrora não vista.

O jornalista revelou que foi Alfredo Sirkis quem escreveu o programa do partido, com alterações posteriores, e que uma das grandes diferenças do PV em relação às causas ambientais mundiais era o foco na preservação da Amazônia. Nessa época, os fundadores se uniram a Chico Mendes, que relatava estar sendo perseguido no Acre. Ele estabeleceu uma aliança com os Verdes do Rio de Janeiro e os ambientalistas nacionais, o que deu força a ele e a outros ativistas do Acre. O PV, preocupado com a vida de Chico, enviou a atriz Lucélia Santos ao Acre, que encontrou o governador e denunciou a perseguição a Chico Mendes, porém isso não foi o suficiente para manter o camarada vivo, visto que como já mencionado aqui, acabou por ter sido assassinado por um proprietário de terras.

Finalizando seu depoimento, Fernando Gabeira relata que seu partido passou a ser observado por outros partidos, e a visão clássica da política brasileira buscava integrar os partidos em um setor específico ligado a suas bandeiras. Assim, muitos membros do partido que estava a se formar, foram convidados para assumir cargos como secretários de meio ambiente ou assessores em diversas administrações. Em sua análise, isso foi positivo para o PV em termos de contatos, mas também trouxe um aspecto negativo, pois muitos de seus quadros passaram a ter lealdade aos governos, em conflito com as diretrizes do partido. Essa origem "boêmia", que precisava ser aprofundada, felizmente se expandiu para outros pontos do país, no entanto, a fase de grandes denúncias ambientais se esgotou, e iniciaram uma nova etapa de proposições concretas sobre o meio ambiente, buscando uma inflexão no movimento, passando a atuar de dentro das instituições.

## Capítulo 3: Estatuto, manifesto e programa do PV: Unidade de ação ou pluralidade prática?

### 3.1 O que diziam o estatuto e o manifesto do PV?

Um partido político é um ente burocrático, e sua “voz” é percebida através de seus documentos oficiais e publicações em redes sociais e sítios eletrônicos, logo, analisar o que um partido político “fala”, é investigar a documentação elaborada por seus filiados, dirigentes e sua diretoria de forma oficial, no transcorrer dos anos. Logo, para compreender qual o posicionamento deste ente político em relação aos temas investigados, se faz necessário analisar como fontes nesta pesquisa, os documentos oficiais da época da criação do PV.

Angelo Panebianco (2005) defende que para se compreender a estrutura de um partido político, primeiramente é necessário analisar a forma em que a instituição está organizada. Ou seja, a análise de seu documento estrutural oficial, o “Estatuto do Partido”, é a primeira tarefa a ser realizada.

Para examinar a ordem organizativa de um partido, é necessário antes de mais nada, investigar a sua estrutura de poder, como o poder é distribuído dentro da organização, como se reproduz, como se modificam as relações de poder e com quais consequências organizativas (Panebianco, 2005, p. 41).

Investigando os documentos do PV, foi encontrada no site do TSE, a fonte que irá nortear este capítulo. Um documento onde estavam anexados no mesmo arquivo, entregue ao ente jurídico para análise e procedimentos de aprovação de sua criação, o Manifesto, o Estatuto e o Programa do Partido Verde, na qual foram registrados junto ao TSE e aprovado pela instância eleitoral no dia doze de setembro de 1991. Este documento que está manuscrito, pela secretária do partido, senhora Carla Rabelo, foi elaborado pelos membros do partido no dia trinta de julho de 1990, um ano antes da aprovação.

Analisando o Estatuto, pode-se perceber que havia um colegiado superior da sigla, sendo essa a responsável pelas decisões nacionais, segundo o estatuto, o partido seria regido por uma Comissão Executiva Nacional. O presidente à época, era Sidney de Miguel, que posteriormente foi o primeiro deputado federal eleito pelo PV em 1990. Sidney foi um importante militante que na juventude foi membro da Organização Revolucionária Marxista Política Operária e também participou da Vanguarda Armada

Revolucionária Palmares, na luta armada contra a ditadura militar. Este presidiu o partido de forma provisória.

Ainda no estatuto está definido que o símbolo do partido é uma bandeira branca com um círculo verde no centro, símbolo que é utilizado até os dias de hoje, e por ser um partido presente em muitas eleições em nível nacional, o símbolo por diversas vezes estampou campanhas eleitorais na mídia televisiva, marcando de forma expressiva o partido no imaginário popular. Ainda segundo este documento, o partido organiza-se em níveis municipal, regional e nacional, com convenções e diretórios em cada esfera. Analisando essa estrutura chega-se a percepção que, embora o partido possua um colegiado nacional forte, a estruturação do partido aparentemente se baseia em grande parte nos pequenos grupos regionais, e isso se deve ao caráter democrático da sigla e a intenção inicial de qualquer sigla partidária que se fixa no intuito de se espriar pelo território nacional. Além da possível busca em poder estar presente onde as necessidades sociais são mais sentidas. Se o ente partidário se prontifica em lutar pelas questões ambientais, é necessário estar próximo a população. Apenas estar com gabinetes em Brasília ou em grandes metrópoles como São Paulo ou Rio de Janeiro, impossibilitaria a tomada de consciência das necessidades ambientais dos diversos biomas do território brasileiro.

A filiação ao PV estava definida como aberta a eleitores brasileiros “que cumpram com o estatuto”, exceto aqueles envolvidos em violações de direitos humanos, racismo, crimes ambientais ou corrupção, evidenciando em quais pilares a sigla se basearia em relação aos seus membros, e evidenciando a preocupação com o meio ambiente. Sabendo que um partido político é um ente que é idealizado, criado e gerido por várias pessoas, tem-se que essa multiplicidade de mentes pensando a instituição, geram processos políticos e garantem o cerne da democracia, “a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo” (Bobbio, 2020, p. 35). Esta toada democrática percorre o estatuto, dando aos membros direitos e deveres, incluindo votar, ser votados, seguir o programa do partido e participar de movimentos sociais, novamente dando ênfase à pluralidade de ação com os movimentos sociais, evidenciando que a política buscada pelo partido seria não somente a ação partidária, mas em conjunto com movimentos sociais.

Finalizando o estatuto, este apresenta as estruturas dos diretórios municipais, regionais e nacionais, que deliberam sobre políticas locais e nacionais, coligações, escolha

de candidatos e sanções disciplinares. Definiu ainda que a convenção nacional é a instância máxima, responsável por eleger a diretoria e candidatos a nível federal. O financiamento do partido vem de contribuições de seus membros, eventos e doações permitidas por lei.

O Manifesto do Partido Verde, que está anexo no documento investigado, reflete o contexto histórico da época, marcado por intensas transformações sociais, políticas e ambientais. Ao final da década de 80, o mundo vivia sob os últimos momentos da União Soviética e a sombra da guerra nuclear que pairou sobre o mundo durante décadas, e a devastação ambiental era crescente, o que configurava uma crise na forma de desenvolvimento buscada por cada país. Nesse cenário, o manifesto do Partido Verde apresenta uma resposta política que busca articular a luta por liberdade, paz, ecologia e direitos humanos.

Este documento reflete as grandes inquietações que caracterizaram a década de 1980, onde as consequências da industrialização desenfreada e da urbanização acelerada se faziam cada vez mais evidentes, a destruição ambiental e os desastres ecológicos ganhavam visibilidade global com eventos como o acidente de Chernobyl em 1986 e o aumento da devastação da floresta amazônica. Neste contexto, o manifesto do PV de 1990, apontou a necessidade de uma mudança radical na forma como a humanidade lida com o meio ambiente e com as questões sociais. O partido se colocou contra o modelo econômico capitalista, que, nas palavras descritas em seu manifesto, é caracterizado pela "voracidade dos modelos econômicos predatórios do capitalismo selvagem". Essa crítica ao capitalismo evidenciou a característica dos movimentos ambientais globais que, desde a década de 1970, vinham denunciando os impactos do crescimento econômico desenfreado e a exploração irresponsável dos recursos naturais, e apontou a visão de seus fundadores. também reflete a visão de seus fundadores que como já mencionado neste, estavam localizados no espectro à esquerda ideologicamente.

A visão do Partido Verde sobre a crise civilizatória também incorporou a questão da desigualdade social e da violência urbana, ressaltando que a concentração de riqueza e a opressão das minorias (mulheres, negros, índios e outros grupos marginalizados) são fatores que intensificam a crise social. Dessa forma, o PV propôs uma transformação estrutural da sociedade, buscando uma maior descentralização do poder e a construção de uma sociedade pluralista, onde nenhuma hegemonia econômica ou política seja dominante.

Outro ponto central do manifesto é a defesa da autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Essas propostas refletem as influências dos movimentos sociais e ecológicos das décadas de 1960 e 1970, especialmente os movimentos contraculturais. Essa postura coloca o Partido Verde em aliança com movimentos sociais diversos, como o movimento feminista, o movimento negro e os movimentos indígenas, reforçando seu compromisso com a pluralidade e a justiça social.

No manifesto, a ecologia política ocupa um papel central, onde seus fundadores reconhecem a importância da questão ecológica não apenas como um tema ambiental, mas como um eixo estruturante de suas propostas políticas. A preservação do meio ambiente é colocada como fundamental para a garantia da vida humana e a continuidade da civilização, posicionando o PV como o primeiro partido político no Brasil a abraçar a ecologia como uma bandeira política central. A menção ao Brasil como um dos países com "mais a defender" e onde a "urgência dessa luta" é mais crítica, destaca a importância estratégica da biodiversidade e dos recursos naturais do país, pela notoriedade da Amazônia, reconhecida internacionalmente como um dos biomas mais ricos do planeta, e constantemente ameaçada por políticas de expansão agrícola e mineração.

O manifesto denuncia o que chama de "descaso e impotência do Estado" em relação à proteção ambiental, e ainda relata que a sociedade possui um "baixo nível de consciência e organização", tal afirmação revela que o partido se apoia nos movimentos sociais, mas que acredita que a sociedade como um todo ainda precisa tomar ciência da importância da preservação de forma mais ampla. Para Chalita e Levy (2019), a cooperação reflexiva define a forma em que o Estado irá agir, em consonância com o que a população necessita, ou deseja. Desta forma, o PV fixa na pluralidade prática o *modus operandi* de sua atuação política.

Então, se a origem da democracia como cooperação reflexiva está na liberdade (enquanto expressão de auto realização positiva e ilimitada com fins de colaboração) e na interação orgânica dos indivíduos, o Estado é compreendido como a instituição política responsável pela execução da vontade que surge desse tecido de relações sociais. (PV, 1990)

Por fim, no manifesto, o PV se alinhou com o crescente movimento global pela defesa do meio ambiente, que, na época, ganhava força em cúpulas internacionais, como a Conferência de Estocolmo de 1972, que marcou o início da cooperação global em

questões ambientais, relatando que o momento era favorável para reverter este atraso do quadro apresentado à época, em relação ao meio ambiente, apresentando que seria possível uma nova vida e uma nova liberdade.

### **3.2 O que dizia o programa do PV?**

Basicamente, um programa partidário é o documento oficial que define as diretrizes, princípios e objetivos do partido político, estabelecendo a visão do partido sobre questões fundamentais, como economia, educação, saúde, meio ambiente, segurança, direitos humanos, entre outros temas. Neste documento, é encontrado o que delinea as propostas e soluções que o partido pretende implementar caso chegue ao poder na esfera que se proponha a concorrer. Resumidamente, o programa partidário serve como uma espécie de contrato com os eleitores, orientando as ações dos seus representantes eleitos e indicando como o partido pretende contribuir para o desenvolvimento do país ou região. Uma espécie de carta aberta acerca da ideologia e dos valores que guiam o partido.

Dessa forma, analisando o primeiro Programa do Partido Verde que está disponível no site do TSE, e datado de 1990, é visto que este apresenta uma visão abrangente de transformação social, pautada nos seguintes princípios: Paz no Planeta; Defesa do Meio Ambiente; Questão Social; Questão Urbana; Saúde; Direitos da Mulher; Direitos Civis; Energia e Tecnologia; e Uma Cultura de Vida e Liberdade.

Em relação à sua luta pela paz global, o texto informa que o partido “Luta pelo desarmamento, desnuclearização negociada dos conflitos e respeito às liberdades democráticas e direitos humanos em todos os países do mundo” (PV, 1990), revelando que o partido advoga pelo desarmamento e pela desnuclearização negociada dos conflitos, além de promover o respeito às liberdades democráticas e aos direitos humanos em todas as nações, ressaltando a importância de uma solução diplomática e pacífica para os desafios globais. Tal premissa foi percebida através da análise já realizada da fala de seu membro fundador Gabeira, quando revela que em sua primeira campanha ao governo do estado do Rio de Janeiro, já levantava a bandeira antinuclear, fazendo conexão com a utilização de usinas nucleares com as armas nucleares. Ele ainda relata que percebe sua ação da época um pouco desproporcional, mas revela este caráter pacifista da sigla ainda quando da sua fundação, e este tópico revela esta percepção.

Já no segundo tópico do programa partidário, está a Defesa do Meio Ambiente, um dos principais pilares fundamentais do PV, que se posiciona contra a devastação da natureza e a poluição do ar, das águas e dos alimentos. O PV:

Luta contra a devastação da natureza e poluição do ar, águas e alimentos, pela defesa da Amazônia, Mata Atlântica e de todas as áreas verdes em todo o país, bem como a proteção das terras indígenas e suas garantias para a sobrevivência desses povos, dentro dos seus próprios valores ancestrais (PV, 1990).

Neste tópico, é percebido que o partido busca a preservação de áreas vitais, como a Amazônia e a Mata Atlântica, além de proteger as terras indígenas e seus valores ancestrais. O partido revela neste tópico, que adotaria uma percepção muito presente na sociedade dos anos 90, em relação aos povos originários, e que está bastante firme agora em tempos de devastação desenfreada da Amazônia, a de que a luta pela sobrevivência dos povos originários é essencial para a manutenção da biodiversidade e para a justiça ambiental. Como já demonstrado neste trabalho, os moradores originais deste território, já traziam vivências menos danosas ao espaço natural, e por isso, são agentes importantes na manutenção do mundo natural e podem ser um importante pivô na construção de uma consciência preservacionista mais eficaz e global.

No campo social, o partido prioriza o apoio aos milhões de menores abandonados ou carentes no Brasil, com um plano abrangente de assistência alimentar, sanitária, profissionalizante e cultural. Além disso, defende o aumento progressivo do salário mínimo, a participação dos trabalhadores nas decisões econômicas e o controle de preços e qualidade dos produtos pelos consumidores. A reforma agrária também é um ponto central, visando a distribuição justa de terras improdutivas, promovendo assim a justiça no campo.

O povo entende como prioridade máxima, no campo social, o apoio aos 25 milhões de menores abandonados ou carentes, com um plano de assistência alimentar, sanitária, profissionalizante e cultural. Um progresso, digo, progressivo aumento do salário mínimo do trabalhador brasileiro, depauperado nas últimas duas décadas. Participação dos trabalhadores organizados no processo de decisões econômicas. Organização e participação dos consumidores no controle de preços e qualidade dos produtos e serviços. Reforma agrária com distribuição justa de terras improdutivas (PV, 1990).

Em relação à questão urbana, o PV propõe a melhoria das condições de vida nas cidades, começando pelo saneamento básico em bairros populares, a regulamentação do uso do solo e o combate à especulação imobiliária. O partido também se preocupa com a

transformação dos transportes coletivos em um serviço público mais eficiente e menos poluente, além de promover a segurança no trânsito e a defesa do direito dos pedestres.

Saneamento básico dos bairros populares, diretrizes do uso do solo urbano, combate à especulação imobiliária, transformação dos transportes coletivos em verdadeiro serviço público, eficaz e menos poluente. Garantia do direito à vizinhança. Racionalização e humanização do trânsito, garantindo melhores condições de segurança, prevenção de acidentes e combate à poluição, além da defesa do direito do pedestre (PV, 1990).

Na área da saúde, o PV defende uma mudança de paradigma, colocando a medicina preventiva como prioridade e combatendo a ideia de que a saúde deve ser tratada como uma mercadoria controlada pela indústria farmacêutica. O partido promove o uso de terapias alternativas e afirma o direito do cidadão de dispor livremente de seu próprio corpo, em um contexto de respeito à autonomia individual.

Prioridade à medicina preventiva e à eliminação das agressões ambientais. Mudança das concepções que tratam a saúde como uma mera mercadoria da indústria farmacêutica, maior espaço para terapias alternativas. Afirmer o direito do cidadão de dispor livremente do seu próprio corpo (PV, 1990).

A defesa dos direitos das mulheres é outra prioridade do PV, que luta contra a violência e a discriminação de gênero em todas as esferas. O partido também propõe uma política de reprodução humana focada na educação sexual e no acesso a métodos contraceptivos, além de garantir assistência à gestante e o direito à interrupção voluntária da gravidez em casos extremos, como ameaça à saúde da mulher.

Defesa dos direitos da mulher dentro e fora do mercado de trabalho, combate vigoroso à violência e à discriminação contra a mulher em todos os níveis. Uma política de reprodução humana com ênfase na educação sexual e nas técnicas de contracepção. Uma política de assistência à gestante. Direito à interrupção voluntária (legal e assistida) da gravidez como um recurso extremo em situações que ameaçam a saúde ou equilíbrio da mulher, e como alternativa à hipocrisia da mortalidade tolerada do aborto ilegal (PV, 1990).

No campo dos direitos civis, o PV defende uma justiça democrática e ágil, com leis que acompanhem as mudanças da sociedade e reforcem o combate a crimes graves, como corrupção e crimes ambientais. O partido também propõe uma nova política de entorpecentes, descriminalizando o usuário e focando no combate ao tráfico. Além disso, defende a moralização e descentralização do sistema penitenciário, transformando as prisões em locais de recuperação e trabalho.

Uma justiça democrática, informatizada e ágil, baseada em novas leis que acompanhem a evolução dos problemas e costumes da sociedade. O Código Penal deve ser reforçado para coibir de forma mais eficaz crimes de fortuna, terrorismo e catástrofes ecológicas. Uma nova Lei de Entorpecentes, semelhante à adotada em diversos países democráticos, para combater severamente o tráfico, particularmente o das drogas pesadas, e regular o uso de drogas farmacêuticas, descriminalizando o usuário que não deve mais ser alvo de repressão policial, mas de assistência em casos de dependência. Uma polícia unificada e eficiente, treinada e educada no respeito aos direitos do cidadão, moralizada e articulada com a sociedade mediante conselhos comunitários de segurança. Uma política penitenciária de descentralização e moralização com a preocupação de fazer com que prisões deixem de ser escolas do crime e da barbárie e se convertam em locais de trabalho e recuperação (PV, 1990).

No setor de energia e tecnologia, o PV promove o uso de novas tecnologias que respeitem o meio ambiente e favoreçam a vida comunitária. Defende uma política energética que valorize fontes alternativas e propõe uma moratória no programa nuclear, convocando um plebiscito para decidir sobre o destino das usinas nucleares em Angra dos Reis.

Busca de novas tecnologias que promovam maior descentralização, harmonizando melhor o meio ambiente e a vida comunitária. Uma política energética que explore de forma sensata as grandes potencialidades do país, bem como todas as formas alternativas. A moratória do programa nuclear com a convocação de um plebiscito no Estado do Rio de Janeiro sobre o destino a ser dado às usinas nucleares construídas ou em construção em Angra dos Reis. Prioridade à ampliação das redes de distribuição de energia elétrica para melhor aproveitamento das hidrelétricas já existentes, e uma maior economia de energia (PV, 1990).

Por fim, o PV propõe uma nova cultura de vida e liberdade, baseada na democratização dos meios de comunicação, no fim do controle político sobre as concessões de rádio e TV, e na promoção da cultura negra em todas as suas expressões. O partido se compromete com uma educação voltada para a formação cidadã e com o combate a todas as formas de opressão, discriminação e racismo. Defende uma sociedade que valorize a solidariedade, o respeito aos direitos humanos e a preservação do meio ambiente como princípios permanentes.

Democratização e descentralização dos meios de comunicação de massa, com o acesso dos cidadãos a rádios e TVs livres. Fim do controle exclusivo do poder político sobre as concessões de TV e rádio. A defesa da cultura negra em todas as suas manifestações artísticas e religiosas, combate ao racismo em todas as suas formas. Uma política educacional voltada para formar cidadãos e não apenas quadros técnicos e trabalhadores. A promoção de uma cultura democrática de tolerância

que estimule o convívio saudável das diferenças, combatendo toda forma de opressão, discriminação e preconceito, e que faça da solidariedade, do respeito aos direitos humanos e da defesa da natureza valores permanentes da sociedade (PV, 1990).

O programa político do PV pode ser considerado uma mostra dos anos e anos de acúmulo de discussões sobre a questão ambiental no Brasil e no mundo. De fato, trata-se de um compilado de reivindicações que ordenaram o movimento ambiental renovado na década de 1970 e que ganharam espaço no Brasil no processo de abertura democrática a partir de 1985. O PV, portanto, consolidou essas várias demandas sociais e políticas, e tentou imprimir a marca de um partido político atento ao seu tempo e que poderia trazer uma renovação nos quadros políticos e governamentais do país.

## Considerações Finais

Como conclusão, chega-se à compreensão de que o Partido Verde no Brasil emergiu de uma rica pluralidade de circunstâncias, desde a visão sobre a natureza que foi se formando em relação a produção agrícola, passando por aspectos da industrialização e pela busca pelo desenvolvimento industrial e social que os países do sul global perseguem até hoje. Além disso, questões ligadas ao contexto político desde o surgimento do Brasil, até a época da criação da sigla, em meio à convulsão social gerada pela reabertura democrática na década de 80, proporcionaram mudanças significativas no poder. Essas transformações moldaram a percepção dos sujeitos que vivenciaram o momento, e por óbvio imprimiram características específicas nas instituições da esfera política e social.

Foi percebido que as ações do partido nos anos iniciais de sua formação foram influenciadas pela conexão dos fundadores com os movimentos sociais, e com a busca da formalização da sigla no espaço burocrático da política institucionalizada, além da visão acerca da ecopolítica que surgia naquele período. Nas análises realizadas, viu-se que desde sua fundação a sigla buscou conciliar as demandas sociais com a necessidade de uma atuação efetiva dentro do sistema político, agindo a partir da percepção de que a transformação social exige tanto a mobilização das bases quanto a articulação com as instituições burocráticas.

Essa dualidade se revelou essencial para a sua trajetória e permanência no cenário político, além de imprimir na sigla partidária uma identidade lúdica e estética única. Estas características de ação, se deu graças ao perfil de seus fundadores, sendo uma sigla formada por artistas, jornalistas e demais indivíduos que tinham contato com artes e alguns, vindos de exílios na Europa, trouxeram novas formas de atuação político partidária e publicitária. Para Carvalho (2001, p.1) o PV realizou a “convocação nada ortodoxa à ação política é emblemática de uma guinada cultural que na esfera da política pode ser relacionada ao fenômeno da Nova Esquerda”.

A adaptação do PV aos movimentos sociais foi um aspecto crucial em sua formação e desenvolvimento. Os fundadores do partido, muitos dos quais eram oriundos de lutas sociais e políticas, trouxeram também uma visão que desafiava o tradicionalismo da política brasileira, assim o PV não se limitou a reproduzir as lógicas de atuação dos partidos da esquerda convencional, ao contrário, buscou inovar ao integrar questões ambientais e sociais, ampliando o espectro de atuação política para incluir vozes

historicamente marginalizadas, como as das mulheres e das minorias. A sigla buscava a sua criação, mesmo sob a crítica da esquerda, que via na luta ambiental um aspecto que poderia tirar o foco da luta de classes. Enquanto os fundadores viam o ambientalismo como um tema tão urgente quanto – e ligada – às questões de classes, ele deveria ser incorporado ao debate. Não poderia se marginalizar um tema ligado à manutenção da vida humana na terra. Esta característica revela a proximidade do partido com a ecopolítica que surgia e já ditava aspectos interpretativos e de atuação dos partidos e movimentos da época.

Tudo isso, deu ao PV características herdadas de seus fundadores situados no espectro próximo à centro-esquerda, e refletem uma influência liberal europeia que prioriza os direitos humanos e a justiça social. Essa visão se alinha a uma compreensão mais ampla da ecologia, que não se restringe apenas ao meio ambiente, mas que incorpora a luta por igualdade e inclusão, fugido em alguns momentos da ecologia radical, se aproximando do ambientalismo moderado, seja por questões da práxis política em um cenário de redemocratização, mas fundamentado em especial a ecopolítica, quando se percebe em seus documentos oficiais que o foco nos direitos humanos e na defesa de políticas públicas sustentáveis evidencia a relevância do PV como um ator político que busca a transformação social em múltiplas dimensões.

Além disso, foi percebido nesta pesquisa que a trajetória do PV ilustra as tensões entre a militância social e a prática política institucional. A necessidade de se adaptar a um sistema burocrático e muitas vezes hostil exigiu uma negociação constante entre princípios e pragmatismo. A construção de um partido político exige a multiplicidade de atores, e isso por si só traz consigo aspectos multifocais de atuação e negociação no campo do poder e das ações coletivas. Essa dinâmica revela que houveram desafios que o partido enfrentou ao tentar manter sua identidade original enquanto buscava espaço e influência na política tradicional. Esse dilema – que continua a ser uma questão central para muitos partidos de nova geração – imprimiu nesta sigla aspectos específicos que podem ser melhor compreendidos através de uma análise mais ampla a ser iniciada a partir daqui.

Em relação à Constituinte de 1988 e a ECO-92, foi percebido que ambos os eventos históricos foram fundamentais para a consolidação da pauta ambiental no Brasil e desempenharam um papel importante na legitimação do Partido Verde como ator relevante no cenário político. A Constituinte de 1988, foi responsável pela formulação da nova Constituição brasileira, e marcou um momento decisivo de reconfiguração do Estado

brasileiro, e foi responsável pela abertura para novas demandas sociais, incluindo a questão ambiental. Dessa forma, foi percebido nesta pesquisa que o PV, ainda em fase de criação, exerceu influência ao introduzir debates ecológicos já em 1986, ano de sua criação e primeira vez que esteve presente em uma campanha eleitoral, mobilizando politicamente grupos no Rio de Janeiro. Com as chamadas Listas Verdes fez ser percebida a importância de políticas ambientais dentro do processo constituinte. Sua presença ajudou a moldar a inclusão de garantias legais voltadas à proteção ambiental na nova Carta Magna.

Da mesma forma, em relação a ECO-92 realizada no Rio de Janeiro, foi um marco internacional que posicionou o Brasil no centro das discussões ambientais globais e onde o PV, como até então um dos poucos partidos com uma agenda explicitamente ambiental, teve uma oportunidade única de se afirmar – em algum grau – como porta-voz dessas preocupações, tanto no cenário doméstico quanto internacional. A conferência fortaleceu a pauta ecológica como urgente e essencial, mas também destacou o PV como um partido capaz de articular essas questões no âmbito da política institucional quando a sigla foi responsável em organizar os verdes de várias partes do mundo “que se encontraram pela primeira vez no Rio de Janeiro. A partir de então se iniciou a formação das Federações de Partidos Verdes com o objetivo de cooperação, troca de experiências e consolidação programática” (PV, 2024, local. 03). A sigla esteve presente e atuante, logo, foi passiva ao se moldar por ditames elaborados e compartilhados por este evento, formatando suas características partidárias com aspectos legais e sociais que vieram ao desdobrar da história. Mas também foi um agente ativo quando organizador do encontro das siglas verdes do mundo todo.

Em suma, o Partido Verde representa uma síntese entre os anseios dos movimentos sociais ambientalistas – e de outros temas – e as exigências da política institucional. Questionando se era necessário a criação de um partido da causa ambiental, tem-se que mais que a necessidade da burocratização do movimento, sua criação foi o reflexo do contexto vivenciado por seus membros fundadores, e fruto das percepções destes, e do embate com os ideais dos partidos da época.

O que se percebeu nas leituras realizadas nesta investigação, e nos depoimentos de seus membros, embora outros partidos pudessem – e deveriam – abraçar à causa ambiental em seus programas e ações práticas, os fundadores do PV conceberam que esta causa, é urgente, é primordial para a existência humana, e não poderia ser apenas, mais um tema de vários partidos, mas o tema norteador das ações político partidárias, seja em

qual assunto for tratar. Esta visão é uma evolução no aspecto de preocupação com a coletividade na essência da política, e revela o caráter norteador da ecopolítica, que traz consigo preocupações ambientais sem deixar de lado questões sociais primordiais para a construção da possibilidade de vida futura, e acima de tudo, a dignidade da vida humana atual.

## Fontes

TV FUNDAÇÃO VERDE. Partido Verde: Fernando Gabeira fala sobre a história do PV. YouTube, 20 maio 2020. Disponível em: <https://youtu.be/yr8rHEnM-GI?si=qL6bNKz5aQdN23m-> Acesso em: 05 nov. 2023.

SIRKIS, A. História do PV (Partido Verde), YouTube, 09 set. 2008. Disponível em: <https://youtu.be/AYjk8efVxrQ?si=14TWW3DQVa60w-g-> Acesso em: 15 out. 2023.

VIDEOFILMES. RUAS REBELDES – Alfredo Sirkis, YouTube, 17 nov. 2017. Disponível em: [https://youtu.be/S3OFqk-gJCw?si=fDOz\\_h\\_HPPDX3mCI](https://youtu.be/S3OFqk-gJCw?si=fDOz_h_HPPDX3mCI) Acesso em: 05 dez. 2023.

PARTIDO VERDE. Estatuto do Partido Verde.

PARTIDO VERDE. Programa Partidário.

PARTIDO VERDE. Manifesto do Partido Verde.

## Referências

- ALEXANDRE, Agripa Faria. **Ambientalismo no Brasil: memória e cultura política. Pensamento ambientalista numa sociedade em crise.** p. 37, 2016.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, p. 151-167, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300008> Acesso em: 5 dez. 2023.
- AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira, no tríplice aspecto político-social-econômico.** Rio de Janeiro: Brasiliana, 1958.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto. **O cinquentenário da declaração universal dos direitos do homem.** São Paulo: EdUSP, 1999.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1999.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 10ª ed.
- \_\_\_\_\_. **O que é política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1997, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP, [S. l.]**, n. 103, p. 13-24, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente.** São Paulo: Ática, 2016.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opinião Pública**, v. 21, p. 693-733, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v21n3/1807-0191-op-21-3-0693.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- \_\_\_\_\_. “Ambientalistas acidentais: a adesão dos partidos políticos brasileiros ao liberalismo verde”. **Colômbia Internacional**, n. 94, p. 111-141, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint94.2018> >. Acesso em: 27 dez. 2023.
- BENJAMIN, Antônio Herman V. A proteção das florestas brasileiras: ascensão e queda do Código Florestal. **Revista de direito ambiental**, v. 5, n. 18, p. 21-37, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/79062197.pdf> >. Acesso em: 27 dez. 2023.

BERNARDES, M.S. Movimento ambientalista e as novas mídias: ativismo ambiental na internet para a proteção jurídica do meio ambiente. **Revista Eletrônica do Curso de Direito UFSM**. v 8, p. 1-13, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8213>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BÍBLIA. Genesis. In: **Bíblia Sagrada**. NTLH. Barueri: Editora SBB, 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 6ª ed.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 20 set. 2023.

BRUMATTI, Paula Normandia Moreira. Sociedade, cultura e natureza: influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 3, p. 280-297, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115438829006.pdf> Acesso em 20 set. 2023.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, v. 2, p. 29-40, 1994. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/3543/1/cavalcanti1.pdf> Acesso em 17 out. 2024.

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 46, 2007. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1597>. Acesso em: 20 out. 2024.

CASTELLA, Paulo Roberto. **Cronologia Histórica Meio Ambiente**. Paraná: SEMA, 2012, Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao\\_ambiental/evolucao\\_historica\\_ambiental.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/evolucao_historica_ambiental.pdf)>. Acesso em 27 dez. 2023.

CHAGAS, Eduardo. A determinação dupla do trabalho em Marx: trabalho concreto e trabalho abstrato. **Outubro**, v. 1, p. 5, 2011.

CHALITA, Gabriel Benedito Issaac; LEVY, Wilson. Democracia, Cooperação e Cidadania. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 4, n. 57, p. 422 - 441, out. 2019. ISSN 2316-753X. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/3780>>. Acesso em: 01 jan. 2024.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CORREIA, Nivaldo da. **Os verdes no Brasil**: os movimentos ecológicos e a formação do Partido Verde. 2000. Tese (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2000.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Thais Fátima dos Santos. **Paranapiacaba: a arquitetura e o urbanismo de uma vila ferroviária**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-10122007-090438/en.php>>. Acesso em: 01 jan. 2024.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Unb, 2001.

\_\_\_\_\_. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

\_\_\_\_\_. **Uma Crítica do modelo de Elite Dirigente**. In: AMORIM, M. S. (org.). *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, [1ª impressão 1996].

DE ANDRADE, Luis Aureliano Gama; SANTOS, Manoel Leonardo. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. **Periferia**, n. 1, p. 61, 1974.

DELLA PORTA, Donatella e DIANI, Mario. **Social Movements**: an introduction. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. **Historiografia e história**. Brasília: Editora Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sérgio. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FRANCO, J. L. A; DRUMMOND, J.A. Alberto Sampaio – Um botânico brasileiro e seu programa de proteção à natureza. In: **Varia História**. Vol. 21, nº 33, Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: file:///D:/Downloads/PrimeiraConfrnciaBrasileiradeProteoNatureza.pdf . Acesso em: 27. dez. 2023.

FRIKEL, P. Agricultura dos índios mundurukus. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n.4, 1959. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/866/1/B%20MPEG%20Ant%20n4%201959%20FRIKEL.pdf>> . Acesso em: 27. dez. 2023.

GABEIRA, Fernando. **Entradas e Bandeiras**. 13. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GERMANI, Guiomar. **Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu**. Editora da ULBRA, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999

GRYNSZPAN, Mario. A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada. **BIB, Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: n. 41, p. 35-83, 1º sem. 1996. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/169>>. Acesso em: 27. dez. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2005: 233-50.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e estado**, v. 24, p. 47-87, 2009.

JESUS, A. Policy-making Process and Interest Groups: How do Local Government Associations Influence Policy Outcome in Brazil and the Netherlands? **Brazilian Political Science Review**, v. 4, n. 1, 2010.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFF, Enrique. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. SciELO-Editora da Unicamp, 2021.
- LEOPOLDI, José Sávio. Rousseau-estado de natureza, o “bom selvagem” e as sociedades indígenas. **Revista Alceu. PUC-RJ**, v. 2, n. 4, p. 158-172, 2002.
- LIMA, José Carlos. Morrer para germinar. **Partido Verde**. 2023. Disponível em: <https://pv.org.br/morrer-para-germinar/> Acesso em 10 abr. 2024.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. Cortez Editora, 2014.
- KRENAK, Ailton. Ecologia política. **Ethnoscientia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/ethnoscientia.v3i2.10225> Acesso em: 12 out. 2024.
- MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. 2005. 327 f. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- MALTA, Elenita; DICHDJJI, Ayelen (org). **¿Un patrimonio de la humanidad?**. Buenos Aires: Teseo. 2020.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Editora Vozes, 2019.
- MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. **Terra Livre**, n. 7, 1990. Disponível em: [file:///E:/Downloads/terralivre,+Journal+manager,+TL\\_N7-cap1.pdf](file:///E:/Downloads/terralivre,+Journal+manager,+TL_N7-cap1.pdf) Acesso em 12 out. 2024.
- MORAES, Juliano Franco de. **A influência de aspectos socioculturais dos Povos Indígenas na estrutura, diversidade e composição da floresta Amazônica**. 2022. Tese de Doutorado em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.41.2022.tde-23032023-162601> Acesso em: 27 dez. 2023.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Editora UFMG, 2008.
- NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- OAB. X Conferência Nacional, em 1984, trouxe redemocratização como tema principal. **OAB Nacional**. 2017. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/55659/x->

conferencia-nacional-em-1984-trouxe-redemocratizacao-como-tema-principal Acesso em: 20 set. 2024.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável**: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92). 2011. Tese de Doutorado. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, UNICAMP, Campinas.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. Martins Fontes, 2005.

PARTIDO VERDE. Programa Partidário. Brasília. 2005. Disponível em: <<https://pv.org.br/opartido/programa/>>. Acesso em 10 abr. 2022.

PARTIDO VERDE. O Partido. Brasília. 2024. Disponível em: <<https://pv.org.br/opartido/>>. Acesso em 12 out. 2024.

POLICARPO, Mariana. A História dos Movimentos Ambientistas no Brasil em décadas. **123 Ecos**. 2023. Disponível em: <https://encr.pw/NgUsx> Acesso em: 10 set. 2024.

POLICARPO, Mariana. Chico Mendes – Um Ativista Assassinado por Defender a Natureza. **123 Ecos**. 2024. Disponível em: <https://11nq.com/chicomendes> Acesso em: 12 out. 2024.

POLÍTICAS PARA O MEIO AMBIENTE: o movimento ambientalista e as principais decisões desde a redemocratização. **Fundação FHC**, 2018. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/politica-ambiental/>. Acesso em 13 nov. 2023.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Lucas Henrique; BORGES, Barbara Salatiel; BOARIN, Paula; RESENDE, Ciro Antonio da Silva. A Influência dos Grupos de Interesse na Política. **Revista Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 158–185, São Carlos. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.31990/agenda.2021.1.6>> Acesso em 13 nov. 2023.

RIBEIRO, L. G. G.; SILVA, L. E. G. A conferência de Estocolmo de 1972 e sua influência nas constituições latinoamericanas. **Revista do Direito Público**, v. 14, n. 2, p. 109–135, 31 ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2019v14n2p109> Acesso em: 16 out. 2024.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de antropologia**, p. 59-101, 1991.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 2ª ed. reimpr.

SANTOS, Adriana Vitória. **A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil**. 2008. Tese (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. **In: Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 1. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300010>> Acesso em 22 nov. 2023.

SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica - Ensino Médio**. São Paulo: Editora Nova Geração, 2011. 1ª ed.

SILVA, José Flávio Marques da. **Before and after the Sete Quedas: the geographic space of Guaíra PR**. 2008. 146 f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2008. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/2237>> Acesso em 27 nov. 2023.

SILVA, Lígia Osório. Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. **Ideias**, v. 12, n. 1, p. 11-40, 2006. Disponível em: <<https://www.abphe.org.br/arquivos/ligia-maria-osorio-silva.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA-SANCHÉZ, Solange S. (2000), **Cidadania Ambiental: Novos Direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

SIRKIS, A. Ecopolítica, realismo e a nau dos insensatos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 3, n. 4, p. 60–64, jun. 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451987000200008> Acesso em: 17 out. 2024.

SOBRINHO, Aurélio. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, UNESP, 2009.

TRUMAN, David Bicknell. **The governmental process: Political interests and public opinion**. Nova York: Alfred Knopf. 1951.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

WEBER, M. 1999. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB. 2 v.

WIRTH, J. D. Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930. **Hispanic American Historical Review**, v. 44, n. 2, p. 161–179, 1 maio 1964. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/00182168-44.2.161>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

## **Anexos**

### **Ata da 19ª Assembleia de Fundação do PV - julho de 1990**

Na rua Muratori, 45, Lapa, Rio de Janeiro, às nove e meia horas, iniciou-se a assembleia de fundação do Partido Verde - PV e a escolha da sua Comissão Diretora Nacional Provisória. Presidiu a reunião o Sr. Sidney de Miguel, estando presentes à mesa os senhores Anylus Teixeira Pinto Telles Filho e João Luiz Silva Ferreira, e secretariando a senhora Carla Piranda Rebello.

Discutiu-se o registro do PV, de acordo com o determinado por lei. Foi votada e aprovada a decisão de dar foro legal ao Partido Verde e fundá-lo formalmente naquele momento. Em seguida, foi discutido e aprovado o manifesto do Partido Verde e a composição da Comissão Diretora Nacional Provisória, nos seguintes termos:

**MANIFESTO DO PARTIDO VERDE - PV:** O Partido Verde - PV se forma para lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos humanos, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Surge de uma reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos nós. Nunca na sua história a humanidade esteve tão ameaçada: os riscos de guerra nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais e a violência crescente nos grandes centros urbanos. Tudo isso compõe uma verdadeira crise de civilização e faz com que cada cidadão consciente se preocupe com o futuro.

O Partido Verde não pretende o monopólio da causa ecológica, nem de nenhuma das outras bandeiras que defende, pois sabe que em torno de cada uma delas encontrará aliados noutros partidos e na sociedade em geral. Considera, no entanto, que sua formação e atuação independentes serão uma contribuição importante nessa luta.

O Partido Verde não vê a política apenas no plano institucional, ao nível do parlamento, dos ministérios, secretarias, palácios e gabinetes, mas também se preocupa com a política do cotidiano. Nesse sentido, estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas, tornando-a mais livre e digna. Estará ao lado das mulheres, dos negros, dos índios, das chamadas minorias, de todos os grupos vítimas da opressão, seja ela generalizada ou específica. Defenderá uma sociedade cada vez mais descentralizada, em todos os níveis, e pluralista, onde nenhum grupo econômico, político ou cultural possa impor sua hegemonia ou os seus interesses sobre os demais. Onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o meio ambiente e ameaçando a vida para servir sua sede de lucro e poder.

Acreditamos que dificilmente existirá outra nação onde a potencialidade da causa ecológica seja tão grande. Também dificilmente existirá outra nação onde a urgência dessa luta seja tão imensa. O Brasil é um dos países do mundo com mais a defender, e, simultaneamente, um dos países onde ela está sendo mais rapidamente devastada pela voracidade dos modelos econômicos predatórios do capitalismo selvagem, pelo descaso e impotência do Estado e pelo ainda baixo nível de consciência e organização dos cidadãos.

Acreditamos que esse quadro pode ser modificado e que as condições para tanto nunca estiveram tão favoráveis quanto agora, apesar de tudo. Assim, o Partido Verde surge como uma alternativa política para os que acreditam na possibilidade de uma vida diferente e de uma nova liberdade.

Fica constituída a Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Verde - PV pelos seguintes membros:

- 1- Presidente: Sidney de Miguel
- 2- 1º Vice-Presidente: João Luiz Silva Ferreira
- 3- 2º Vice-Presidente: Gilberto Passos Queiroz Moreira
- 4- 3º Vice-Presidente: Ruth Viotti Saldanha
- 5- Secretária Geral: Carla Piranda Rebello
- 6- 1ª Tesoureira: Tatiana Martins Webb Ferrari
- 7- 2ª Tesoureira: Ania Kranz Vogais:
- 8- Anylus Teixeira Pinto Telles Filho
- 9- Marulo Seixas de Matos
- 10- Mauro Gomes da Silva
- 11- Jorge Pascal Badia Urel

Em seguida, foi discutido e aprovado o Programa do Partido Verde nos seguintes termos:

#### PROGRAMA DO PARTIDO VERDE - PV

1- PAZ NO PLANETA - Luta pelo desarmamento, desnuclearização negociada dos conflitos e respeito às liberdades democráticas e direitos humanos em todos os países do mundo.

2 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE - Luta contra a devastação da natureza e poluição do ar, águas e alimentos, pela defesa da Amazônia, Mata Atlântica e de todas as áreas verdes em todo o país, bem como a proteção das terras indígenas e suas garantias para a sobrevivência desses povos, dentro dos seus próprios valores ancestrais.

3 - QUESTÃO SOCIAL - O povo entende como prioridade máxima, no campo social, o apoio aos 25 milhões de menores abandonados ou carentes, com um plano de assistência alimentar, sanitária, profissionalizante e cultural. Um progresso, digo, progressivo aumento do salário mínimo do trabalhador brasileiro, depauperado nas últimas duas

décadas. Participação dos trabalhadores organizados no processo de decisões econômicas. Organização e participação dos consumidores no controle de preços e qualidade dos produtos e serviços. Reforma agrária com distribuição justa de terras improdutivas.

4 - QUESTÃO URBANA - Saneamento básico dos bairros populares, diretrizes do uso do solo urbano, combate à especulação imobiliária, transformação dos transportes coletivos em verdadeiro serviço público, eficaz e menos poluente. Garantia do direito à vizinhança. Racionalização e humanização do trânsito, garantindo melhores condições de segurança, prevenção de acidentes e combate à poluição, além da defesa do direito do pedestre.

5 - SAÚDE - Prioridade à medicina preventiva e à eliminação das agressões ambientais. Mudança das concepções que tratam a saúde como uma mera mercadoria da indústria farmacêutica, maior espaço para terapias alternativas. Afirmar o direito do cidadão de dispor livremente do seu próprio corpo.

6 - DIREITOS DA MULHER - Defesa dos direitos da mulher dentro e fora do mercado de trabalho, combate vigoroso à violência e à discriminação contra a mulher em todos os níveis. Uma política de reprodução humana com ênfase na educação sexual e nas técnicas de contracepção. Uma política de assistência à gestante. Direito à interrupção voluntária (legal e assistida) da gravidez como um recurso extremo em situações que ameaçam a saúde ou equilíbrio da mulher, e como alternativa à hipocrisia da mortalidade tolerada do aborto ilegal.

7 - DIREITOS CIVIS - Uma justiça democrática, informatizada e ágil, baseada em novas leis que acompanhem a evolução dos problemas e costumes da sociedade. O Código Penal deve ser reforçado para coibir de forma mais eficaz crimes de fortuna, terrorismo e catástrofes ecológicas. Uma nova Lei de Entorpecentes, semelhante à adotada em diversos países democráticos, para combater severamente o tráfico, particularmente o das drogas pesadas, e regular o uso de drogas farmacêuticas, descriminalizando o usuário que não deve mais ser alvo de repressão policial, mas de assistência em casos de dependência. Uma polícia unificada e eficiente, treinada e educada no respeito aos direitos do cidadão, moralizada e articulada com a sociedade mediante conselhos comunitários de segurança. Uma política penitenciária de descentralização e moralização com a preocupação de fazer com que prisões deixem de ser escolas do crime e da barbárie e se convertam em locais de trabalho e recuperação.

8 - ENERGIA E TECNOLOGIA - Busca de novas tecnologias que promovam maior descentralização, harmonizando melhor o meio ambiente e a vida comunitária. Uma política energética que explore de forma sensata as grandes potencialidades do país, bem como todas as formas alternativas. A moratória do programa nuclear com a convocação de um plebiscito no Estado do Rio de Janeiro sobre o destino a ser dado às usinas nucleares construídas ou em construção em Angra dos Reis. Prioridade à ampliação das redes de

distribuição de energia elétrica para melhor aproveitamento das hidrelétricas já existentes, e uma maior economia de energia.

9 - UMA CULTURA DE VIDA E LIBERDADE - Democratização e descentralização dos meios de comunicação de massa, com o acesso dos cidadãos a rádios e TVs livres. Fim do controle exclusivo do poder político sobre as concessões de TV e rádio. A defesa da cultura negra em todas as suas manifestações artísticas e religiosas, combate ao racismo em todas as suas formas. Uma política educacional voltada para formar cidadãos e não apenas quadros técnicos e trabalhadores. A promoção de uma cultura democrática de tolerância que estimule o convívio saudável das diferenças, combatendo toda forma de opressão, discriminação e preconceito, e que faça da solidariedade, do respeito aos direitos humanos e da defesa da natureza valores permanentes da sociedade.

A seguir, foi discutido e aprovado o estatuto do Partido Verde, nos seguintes termos:

## **"ESTATUTO DO PARTIDO VERDE - PV**

### **CAPÍTULO I - Do Partido, Sede, Finalidade, Símbolo**

Art. 1º - O Partido Verde - PV, pessoa jurídica de direito público interno, fundado e organizado nos termos da legislação em vigor, tem duração por prazo indeterminado.

Art. 2º - O Partido Verde - PV tem sede e foro na Capital da República, sendo representado a nível nacional, em juízo e fora dele, pelo presidente da Comissão Executiva Nacional.

Art. 3º - O Partido Verde - PV tem como símbolo a bandeira branca com um círculo verde ao centro.

### **CAPÍTULO II - Filiação Partidária**

Art. 4º - Filia-se ao Partido Verde - PV todo brasileiro eleitor em pleno gozo de seus direitos políticos, que seja admitido como tal pelo Diretório Municipal, de zona, estadual ou nacional, comprometendo-se com seu programa e estatuto, observadas as condições e formas estabelecidas pela lei.

Art. 5º - Não podem se filiar ao Partido Verde - PV indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos, atitudes ou manifestações racistas, crimes contra o meio ambiente, ou envolvidos em casos comprovados de corrupção.

### **CAPÍTULO III - Direitos, Deveres e Disciplina**

Art. 6º - É direito do filiado votar e ser votado nas reuniões dos órgãos partidários aos quais pertença, bem como fazer circular internamente suas ideias e posições.

Art. 7º - É dever do filiado obedecer ao programa, estatuto e regimento interno do partido, mantendo uma conduta pessoal, profissional e comunitária compatível com os princípios éticos e programáticos do Partido.

Art. 8º - O filiado ao Partido Verde deve participar de movimentos, atividades ou entidades de cunho ecológico, comunitário, feminista, sindical, cultural, entre outras, que tragam benefícios à comunidade e ao meio ambiente.

Art. 9º - Em caso de infrações de caráter individual, dependendo de sua gravidade, o filiado poderá ser: a) advertido; b) suspenso do cargo; c) suspenso do Partido; d) expulso do Partido. As decisões serão adotadas conforme previsto em lei.

#### **CAPÍTULO IV - Organização a Nível Municipal**

Art. 10 - A convenção municipal é composta pelos eleitores filiados ao Partido e inscritos no município, sendo presidida pelo presidente do Diretório Municipal. Compete à convenção: a) escolher o Diretório Municipal, dentro dos prazos fixados por lei; b) escolher os candidatos a prefeito e vereador e os delegados à convenção regional; c) decidir sobre coligações municipais, dentro dos princípios programáticos do Partido; d) propor ao Diretório Estadual a dissolução do Diretório Municipal nos casos previstos por lei ou pelo regimento interno; e) elaborar o programa e metas de atuação no âmbito municipal.

Art. 11 - A convenção municipal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, por convocação da Comissão Executiva Municipal ou de um terço dos filiados do município.

Art. 12 - O Diretório Municipal deliberará por maioria simples de seus membros. Compete ao Diretório Municipal: a) encaminhar a política do Partido no âmbito municipal; b) escolher a Comissão Executiva Municipal; c) aplicar, aos níveis da esfera municipal, as sanções disciplinares previstas no estatuto e no regimento interno, ouvido o Conselho de Ética Municipal.

Art. 13 - A Comissão Executiva Municipal é composta de cinco membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e líder da bancada municipal. A representação do Partido a nível municipal, em juízo e fora dele, caberá ao presidente da Comissão Executiva Municipal.

Art. 14 - Compete à Comissão Executiva Municipal: a) executar as deliberações do Diretório Municipal; b) convocar as reuniões do Diretório Municipal; c) responder pelo Partido, a nível municipal, em questões de caráter imediato; d) administrar os recursos do Partido no município.

Art. 15 - Nas cidades com mais de um milhão de habitantes, poderão ser criados Diretórios Distritais ou Zonais.

#### **CAPÍTULO V - Organização a Nível Regional**

Art. 16 - A convenção regional é composta pelos delegados eleitos nas convenções municipais, pelos membros do Diretório Regional, pelos representantes do Partido na Assembleia Legislativa, deputados federais e senadores com domicílio eleitoral no Estado. Compete à convenção: a) elaborar programas e metas de atuação no âmbito regional; b) escolher o Diretório Regional nos prazos fixados por lei; c) eleger os delegados para a convenção nacional e os candidatos a deputado estadual, federal, senador e governador; d) decidir sobre coligações estaduais, dentro dos princípios programáticos do Partido; e) propor ao Diretório Nacional a dissolução do Diretório Regional nos casos previstos por lei ou pelo regimento interno.

Art. 17 - A convenção regional reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e,

extraordinariamente, por convocação da Comissão Executiva Regional ou de 40% dos Diretórios Municipais.

Art. 18 - O Diretório Regional deliberará por maioria simples de seus membros. Compete ao Diretório Regional: a) estabelecer a política do Partido no âmbito estadual; b) escolher a Comissão Executiva Regional; c) aplicar sanções disciplinares no âmbito estadual, ouvido o Conselho de Ética Regional; d) reconhecer novos Diretórios Municipais.

#### **CAPÍTULO VI - Organização a Nível Nacional**

Art. 23 - A convenção nacional, suprema instância do Partido, é constituída pelos membros do Diretório Nacional, pelos delegados dos estados eleitos nas convenções regionais e pelos representantes do Partido no Congresso Nacional. Compete à convenção: a) escolher o Diretório Nacional nos prazos fixados por lei; b) escolher os candidatos a cargos eletivos do Executivo Federal; c) decidir sobre coligações no âmbito federal; d) julgar recursos contra decisões do Diretório Nacional; e) eleger e destituir o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo Nacional; f) aprovar o regimento interno do Partido.

#### **CAPÍTULO VII - Finanças do Partido**

Art. 28 - A receita do Partido provém de contribuições, rendas de eventos e outras formas não vedadas em lei.

Art. 29 - Os parlamentares eleitos pelo Partido contribuirão com no mínimo 20% de seus subsídios para o Partido.

Art. 30 - Os Diretórios Estaduais e Municipais fixarão as contribuições mensais de seus respectivos membros, de acordo com o Regimento Interno.

#### **CAPÍTULO VIII - Regimento Interno**

Art. 31 - Os casos omissos neste Estatuto, bem como as regras partidárias não condicionadas por lei, serão regulados pelo Regimento Interno do PV, a ser elaborado sob a responsabilidade do Diretório Nacional e sujeito à aprovação da Convenção Nacional.

Em seguida, deliberou-se por unanimidade estabelecer a sede nacional provisória do Partido Verde - PV na Rua Framasio Muratori, 45 - Lapa, Rio de Janeiro. A seguir, deram-se por encerradas as deliberações, passando-se à lavratura desta ata, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelo presidente e pela secretária.

Rio de Janeiro, \_\_ de julho de 1990.

**Sidney de Miguel**

Presidente

**Carla Branda Rebello**

Secretária

---

**Partido Verde - PV**

Comissão Provisória Nacional - CDNP

Ata da 19ª Reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Verde - PV, para as mudanças de Delegados do Partido Verde - PV junto ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral - TSE e para a designação das Comissões Diretoras Estaduais Provisórias - CORP.